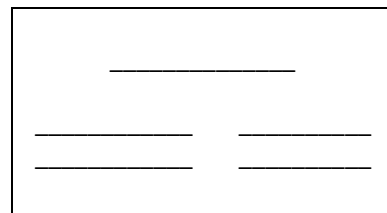




CÂMARA MUNICIPAL DE
VIANA DO ALENTEJO



ATA N.º 21/2023

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 13/09/2023

PRESENCAS

PRESIDENTE: LUÍS MIGUEL FIALHO DUARTE, PRESIDENTE DA CÂMARA

VEREADORES: PAULA MARISE CARRACHA PANÓIAS BAMOND DAS NEVES

SARA CRISTINA CUPIDO CARMO GROU

RITA FIGUEIRA DE MATOS RAFAEL, EM SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

ANTÓNIO COSTA DA SILVA

HORA DE ABERTURA: 14:30 HORAS

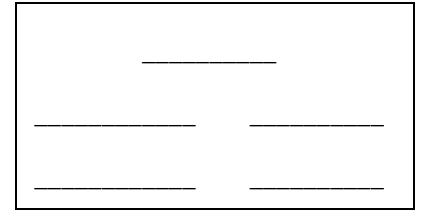
HORA DE ENCERRAMENTO: 18:38 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS: MIGUEL JOSÉ FONSECA BENTINHO

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 07/09/2023

CAIXA	7.384,74 €
FUNDOS DE MANEIO	6.052,00 €
FUNDO DE MANEIO 1 – MARIA LUISA MARQUES MIRA FERREIRA	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 2 – MARIA MANUEL NARCISO GRILO ROBERTO	52,00 €
FUNDO DE MANEIO 4 – RUI PAULO CORREIA MARTINS	1.500,00 €
FUNDO DE MANEIO 5 – JOÃO SÉRGIO CANIVETE MORAIS	1.000,00 €
FUNDO DE MANEIO 6 – TERESA MARIA PIRES PENETRA	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 7 – HELENA ISABEL BARROS TORRÃO	1 000,00 €
FUNDO DE MANEIO 9 – DANIELA CONCEIÇÃO BANHA PALHAIS	500,00 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.127.444,04 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430	267.543,47 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431	555,88 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330	3.722,47 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005050650	309,70 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005974050	62,14 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	34.749,79 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006435350	93.551,22 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007030250	600,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006542530 – FEDER	409.890,68 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007105850.....	34.749,79 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007121950	3.612,00 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00007163830-CAUÇÕES	2.025,36 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00011923950	674,24 €
B. S. T. – CONTA N.º 0018/10814784001	349.820,08€
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	70.630,86 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	113.053,36 €
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00102934558	40.032,01€
NOVO B. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.864,41 €
C.E.M.G. – CONTA N.º 0036/99100014214	277.777,76 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES	1.170.686,91 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	1.591.242,26€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	179.443,65 €



O Senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, a qual teve lugar nos Paços do Município, com a presença de todos os membros do órgão. -----

É a seguinte a ordem de trabalhos da presente reunião: -----

1) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião; -----

2) Informação sobre a atividade da Câmara; -----

3) Proposta de aprovação da isenção do pagamento de dois stands, solicitada pela Casa do Benfica em Viana do Alentejo, para participar na Feira D'Aires 2023;

4) Proposta de aprovação da isenção do pagamento de dois stands, solicitada pelo Grupo Recreativo e Associativo de Viana do Alentejo (GRAVA) para participar na Feira D'Aires;

5) Proposta de abertura de propostas para atribuição de lotes de terreno para construção de habitação e tendo por base a publicitação de edital nº 17, datado de 30 de junho de 2023 (para jovens casais cuja média de idades seja inferior a trinta e cinco anos); -----

6) Proposta de atribuição de Despesas de representação ao Chefe da Divisão de Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, nomeado em regime de substituição, desde 4 de setembro de 2023; -----

7) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 7, relativo à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo; -----

8) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 7 relativo à Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Viana do Alentejo; -----

9) Proposta de aprovação da alteração de preço de um artigo de merchandising; -----

10) Proposta de aprovação da fixação do preço de venda do livro de "Criptopoesia", de Luís Miguel Banha;

11) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube Alentejano dos Desportos "Os Vianenses"; -----

12) Proposta de aprovação de abertura de procedimento pré-contratual, por concurso público, e respetiva documentação, referente à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo;

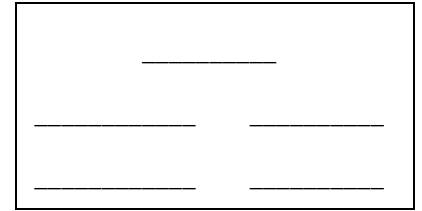
13) Proposta de abertura de propostas relativas aos divertimentos a instalar na Feira D'Aires/2023; -----

14) Proposta de aprovação 27ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa; -----

15) Proposta de aprovação da 21ª alteração permutativa ao Plano De Atividades Municipais; -----

16) Proposta de aprovação da 15ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos; -----

17) Proposta de atribuição de apoio de 50% do passe escolar de alunos(as) do Ensino Secundário, que frequentam Estabelecimentos Escolares fora do Concelho de Viana do Alentejo, cuja oferta formativa não existe no Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo- Ano Letivo 2023/2024; -----



18) Proposta de aprovação da 1ª alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo 2023/2024; -----

19) Proposta de aprovação do Relatório de Execução do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; -----

20) Proposta de aprovação do Relatório de Avaliação Final do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação; -----

21) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 05/09/2023, que concedeu licença especial de ruído a Maria João Calhau Caeiro para a realização de um evento musical, no Bar das Piscinas Municipais, no dia 6 de setembro de 2023; -----

22) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 08/09/2023, que autorizou a emissão de licença para a realização de um evento (Garraiada), inserido no “Evento Arraial Solidário”, em Aguiar, no dia 10 de setembro de 2023, promovido pelo Grupo Associativo de Jovens de Aguiar (G.A.J.A). -----

Período de antes da ordem do dia – Nos termos do artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, o Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia, cumprimentando os Senhores Vereadores, as Senhoras Vereadoras, Técnicos da Câmara que prestaram apoio, público presente na sala e a todos os que acompanharam pelas redes sociais. -----

O Senhor Presidente solicitou autorização ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras para que os pontos números cinco e treze da Ordem de Trabalhos fossem discutidos no período de Antes da Ordem do Dia, tendo em conta que se verificou a presença de público interessado no ponto número cinco e provavelmente estariam ainda presentes alguns feirantes, interessados no ponto número treze. Desta forma, não teriam de aguardar pela entrada na Ordem de Trabalhos, não impedindo a sua presença depois, caso manifestassem vontade em permanecer. -----

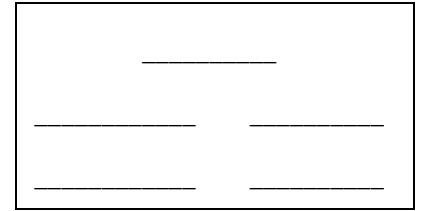
O Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras concordaram com a alteração da discussão dos referidos pontos da Ordem de Trabalhos, proposta pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente referiu que iria começar pela abertura das propostas dos terrenos e pediu a intervenção do Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, Dr. Mário Grave. -----

Assim, procedeu-se à abertura de propostas, conforme edital nº 17 – Atribuição de lotes de terreno para construção de habitação para jovens casais cuja média de idade seja inferior a 35 anos. -----

O referido Chefe de Divisão esclareceu que havia dois editais com os números 17 e 18 e que, este último, publicitava a atribuição de lotes de terreno, mas para candidatos maiores com residência fixa no Concelho há pelo menos dois anos. -----

Disse, ainda, que em relação ao edital nº 17, tinham sido recebidas apenas duas propostas: -----



1ª) Proposta do casal Lourenço Manuel Romão Prates e Beatriz Isabel Serra Lopes -----

2ª) Proposta do casal Joana Isabel Falé Cascalheira e Álvaro Miguel Fadista Raposo. -----

Disse o Chefe de Divisão que, à semelhança do procedimento que já tinha tido anteriormente, antes de mais, iria confirmar toda a documentação e, caso esta estivesse conforme, procederia, então, à abertura das propostas financeiras, em relação aos lotes para os quais os candidatos tinham concorrido -----

Assim, a primeira proposta aberta foi a do casal Lourenço Manuel Romão Prates e Beatriz Isabel Serra Lopes, que apresentou o requerimento preenchido e assinado por ambos os candidatos. -----

O chefe da Divisão de Gestão de Recursos verificou a documentação apresentada pelo referido casal, tendo exibido o cartão de cidadão da Beatriz Lopes, do António Lopes Prates e do Lourenço Prates; o atestado de residência da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, que atesta a sua residência na freguesia desde que nasceram e que o agregado familiar é constituído pelo próprio, por Beatriz Serra Lopes e pelo filho António Lopes Prates; certidões prediais negativas do Lourenço Prates e da Beatriz Lopes, que à semelhança do que foi dito na outra candidatura, é proprietária de imóveis, mas fora da Freguesia de Viana do Alentejo, e a certidão predial negativa do filho de ambos. -----

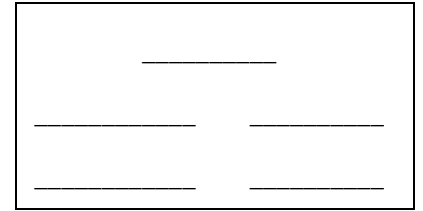
Em seguida, o chefe da Divisão de Gestão de Recursos procedeu à abertura das propostas financeiras do casal Lourenço Manuel Romão Prates e Beatriz Isabel Lopes, que apresentou uma proposta para o lote número 18, no valor de 10.950,00€ (dez mil novecentos e cinquenta euros) para o lote número 17, no valor de 10.950,00€ (dez mil novecentos e cinquenta euros) e para o lote número 16, proposta de valor idêntico aos anteriores. Para o lote número 15, a proposta apresentada foi de 12.500,00 € (doze mil e quinhentos euros) e para o lote número 14, 10.950,00€ (dez mil novecentos e cinquenta euros). -----

Neste contexto, o chefe da Divisão de Gestão de Recursos, frisou que o preço base de venda era de 10.800,00€ (dez mil e oitocentos euros), o que significa que o mesmo foi cumprido. -----

Disse ainda este chefe de Divisão que o casal cumpre os 35 anos de média de idades, que era um dos requisitos deste processo. -----

De seguida, procedeu-se verificação da documentação e posteriormente à abertura das propostas do casal Joana Isabel Falé Cascalheira e Álvaro Miguel Fadista Raposo. -----

Verificou-se que o requerimento do casal tinha sido preenchido, mas não estava assinado por ambos, apesar de estar rubricado pelos dois. Foi também apresentada a cópia do cartão de cidadão, atestado da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo e certidão predial negativa das Finanças, relativamente a ambos. Como a candidatura é conjunta, é necessária a assinatura dos dois membros do casal e apenas consta uma, pelo que o Senhor Presidente interveio, solicitando ao Senhor Vereador e Senhoras Vereadoras a permissão para que o membro do casal, que não assinou, o fizesse no momento, dado que os dois estavam presentes. -----



O Senhor Vereador António Costa da Silva e as Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael concordaram que assim se procedesse, uma vez que todos estavam presentes, com a respetiva identificação para que não houvesse quaisquer dúvidas. -----

Assim, o Senhor Álvaro Miguel Fadista Raposo assinou o requerimento que já tinha sido assinado pelo outro membro do casal e o chefe da Divisão de Gestão de Recursos prosseguiu, informando que o casal em questão tinha concorrido aos lotes de terreno da Quinta do Marco, concretamente aos lotes números 1 e 2, cuja proposta foi de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros) para ambos, sendo 7.200,00€ (sete mil e duzentos euros) o preço base. Disse, ainda o chefe da Divisão de Gestão de Recursos que o casal concorreu também ao lote número 4, contudo, este fazia parte do outro edital, pelo que a proposta não foi considerada. -----

A Terminar, o chefe da Divisão referiu que, face aos valores apresentados e aos lotes a que cada um dos casais concorreu, em sua opinião, poderiam escolher o lote que pretendiam porque nenhum estava a concorrer ao mesmo lote. -----

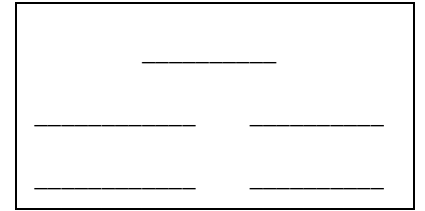
Assim, o lote número 14, sito no Loteamento António Dores Paitio, Rua da Barca, Nº 10, foi atribuído a Lourenço Manuel Romão Prates e a Beatriz Serra Lopes, pelo montante de 10.950,00€ (dez mil novecentos e cinquenta euros). O lote número 1, sito na Quinta do Marco, Rua D. Joana da Gama, Nº 35, foi atribuído a Álvaro Miguel Fadista Raposo e a Joana Isabel Falé Cascalheira, pelo montante de 7.500,00€ (sete mil e quinhentos euros). -----

Concluída a atribuição dos lotes, o Senhor Presidente da Câmara interveio e questionou o Chefe da Divisão de Gestão de Recursos, se seria importante fazer “um apanhado” dos passos a seguir. -----

Este respondeu que através da minuta da ata da reunião, proceder-se-ia ao agendamento da escritura de acordo com a disponibilidade do Senhor Presidente e do Notário. Salientou que há um prazo de sessenta dias para se agendarem as escrituras e referiu ainda que, na Conservatória de Viana, se verifica um atraso muito grande em relação aos prazos que se têm de cumprir e que estão estabelecidos no Regulamento. Desta forma, a Câmara, no outro processo, optou por realizar as escrituras em cartório privado, que sendo um pouco mais caro, tem a vantagem de permitir o que consta no Regulamento. -----

Acrescentou ainda o chefe da Divisão de Gestão de Recursos que, mais tarde, comunicar-lhes-ia oficialmente esta atribuição e solicitar-lhes-ia também alguma documentação e que, seguidamente, seriam agendadas as escrituras, de acordo com a disponibilidade de todos, tentando que seja no prazo dos sessenta dias. Por norma, o Notário privado, dentro de uma ou duas semanas consegue disponibilidade na agenda e, nesse sentido, marcar-se-ão as escrituras e formalizar-se-ão as mesmas. -----

O Chefe da Divisão concluiu a sua intervenção, e o Senhor Presidente da Câmara interveio, agradecendo a colaboração do chefe da Divisão de Gestão de Recursos e desejando boa sorte aos casais concorrentes,



fazendo votos de que, dentro de algum tempo, já pudessem estar nas suas novas casas. -----

Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente da Câmara deu a palavra à Senhora Vereadora Sara Grou que, tendo constatado que o número de propostas não foi numeroso, dado que a conjuntura económica não é favorável e que se verificam muitas dificuldades na construção civil, situação comprovada até pelas propostas que têm feito para o Município, sugeriu, em nome das Senhoras Vereadoras do Partido Socialista, uma alteração ao Regulamento. Esta proposta tem em vista o alargamento dos prazos para construção, já que estes estão um “bocadinho curtos para aquilo que é hoje a oferta para iniciar obras”. No que diz respeito à realização das escrituras, estas ainda se podem fazer no privado- disse. Relativamente ao início da obra, considerou difícil a sua realização num ano e a sua conclusão em três anos. Neste contexto, a Senhora Vereadora Sara Grou acrescentou que, na freguesia de Alcáçovas tem notado grande dificuldade na área da construção, pois é difícil conseguir quem comece e quem realize uma obra. Esta Vereadora alertou também para as taxas de juro elevadas que constituem um obstáculo no que diz respeito aos empréstimos, sobretudo para os casais mais jovens. -----

Assim, disse, ainda, esta Vereadora que, se se alargasse um pouco mais os prazos para a realização das obras, talvez facilitasse esta situação, deixando à consideração de todos a sua sugestão. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção da Senhora Vereadora Sara Grou e referiu concordar com o período de um ano para iniciar a obra, tal como sugerido pela Senhora Vereadora, contudo, relativamente ao alargamento do prazo para construção, considerou não ser necessário, uma vez que os três anos são suficientes, se o empreiteiro começar no tempo devido. -----

Respondeu a Senhora Vereadora Sara Grou que a dificuldade maior está no início do ano. -----

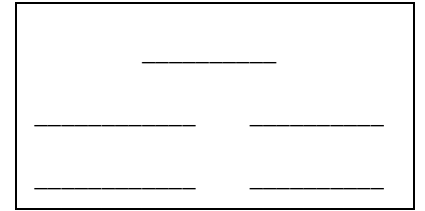
Quanto à alteração do Regulamento, o Senhor Presidente levantou a questão sobre alteração do processo todo ou se existia a possibilidade de fazer adendas. -----

O chefe da Divisão de Gestão de Recursos, esclareceu que teria de ser feita uma revisão ao Regulamento existente, cuja proposta terá de ser submetida para deliberação da câmara, iniciar-se o processo para ser levado a consulta pública e depois da versão final, ir novamente à câmara. Após publicação é que se poderá fazer novo concurso sobre o Regulamento revisto. -----

O Senhor Presidente disse que não via qualquer inconveniente neste caso porque se o fossem fazer antes, como as coisas não tinham corrido bem, havia um dos concorrentes que estava à espera. Os concursos foram abertos duas vezes e agora, “não ficará ninguém à espera, pelo menos, nos próximos tempos” – concluiu. -----

Em seguida, o Senhor Presidente dirigiu-se ao Senhor Vereador António Costa da Silva, manifestando interesse em ouvir a sua opinião-----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio, afirmando que o “o argumento é bom”, havendo uma



questão simples que é o facto de os regulamentos permitirem ou não, que se utilize o prazo máximo, sendo que essa a prática que já é utilizada. As pessoas vão prorrogando entre os limites dos prazos, é mais um ano, caso não consigam, e, isso, dá-lhes alguma flexibilidade. Disse ainda este Vereador que estaria disponível para “acompanhar essa alteração, desde que seja bom para as pessoas e haja procura nesse sentido”. A concluir, o Senhor Vereador Costa da Silva reiterou a sua disponibilidade para esta questão, sublinhando a “boa” intenção, relativamente a este assunto. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva e confiou a tarefa ao chefe da Divisão de Gestão de Recursos. -----

De seguida, o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que não houve público presente para assistir à abertura das propostas relativas aos divertimentos a instalar na Feira D’Aires/2023, solicitou à Técnica da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, Rita Marques, que se encarregasse deste assunto. -----

Assim, a referida técnica referiu-se ao ponto número sete da Ordem de Trabalhos da reunião de câmara de 16 de agosto de 2023 - *Proposta de fixação das tarifas mínimas a pagar pela instalação de Divertimentos na Feira D’Aires/2023* e informou que, após o envio de ofício, foram recebidas três propostas, as quais iriam ser abertas naquela reunião. Antes da abertura das ditas propostas, a Técnica informou também que tinham sido ultrapassadas as oitenta solicitações para o terrado, o que representava um bom sinal para a Feira D’Aires. -----

Passou-se, então, à abertura das propostas pela ordem de chegada. -----

A primeira proposta que deu entrada no Município foi a de João Simões e Filipa Judas (Diversões Judas), que não puderam estar presentes, seguindo-se a de Francisco Bicho e, por último, a de Diversões Simões e Filhos. -----

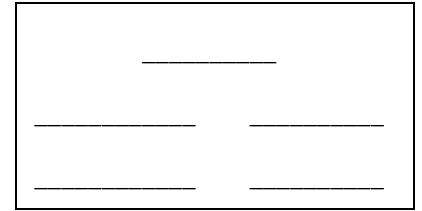
Assim, Florival e Júlia Maldonado apresentaram uma proposta para a instalação de uma Pista de Carros de Choque para adultos com o valor de 806,00€ (oitocentos e seis euros), sendo o valor base 800,00€ (oitocentos euros) -----

A proposta seguinte, que diz respeito a um Divertimento Infantil (Carrossel da Disney), foi apresentada por Francisco Bicho com o valor de 151,01€ (cento e cinquenta e um euro e um cêntimo), sendo a tarifa mínima a de 150,00€ (cento e cinquenta euros). -----

A terceira e última proposta, apresentada por Diversões Simões e Filhos, está também integrada nos Divertimentos Infantis e contempla duas propostas: -----

- 1) Uma Pista de Carros de Choque Infantil com o valor de 151,00€ (cento e cinquenta e um euros);
- 2) Uma Pista Infantil de Carril Magic Cars com o valor de 151,00€ (cento e cinquenta e um euros);

A Técnica responsável por este assunto, acrescentou que o valor base para os divertimentos gerais é de 350,00€ (trezentos e cinquenta euros). -----



Não havendo mais propostas e tendo em conta que a Câmara Municipal tinha autorizado uma pista de automóvel de adultos, dois divertimentos de adultos de qualquer tipo ou quatro divertimentos infantis de qualquer tipo, e tendo em conta que foram recebidas três propostas para divertimentos infantis e uma para divertimento de adultos, ficaria em falta uma de divertimentos infantis e as de caráter geral, que é familiar (adultos e crianças). -----

Assim, no ponto número treze da Ordem de Trabalhos, houve unanimidade na autorização da montagem dos Divertimentos de adultos e dos Divertimentos Infantis. -----

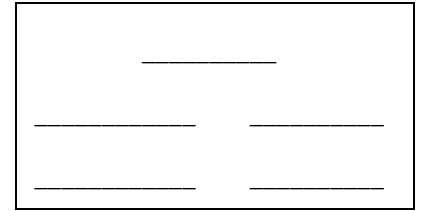
Desta forma, ficaram quatro divertimentos para instalação na Feira D'Aires/2023 e, em seguida, serão enviados os ofícios respetivos -----

Discutidos este dois pontos, o Senhor Presidente interveio e deu continuidade ao período de Antes da Ordem do Dia, começando por informar que o novo chefe da D.G.R. – Divisão de Gestão de Recursos, é Mário Grave, nomeado em regime de substituição, a quem desejou que tudo corresse bem no desempenho das funções que iniciou na semana anterior. -----

O Senhor Presidente referiu-se também à questão do visto do Tribunal de Contas, assunto já discutido em outras reuniões de câmara e que se reporta ao reequilíbrio financeiro da EBSIS- Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa. Disse o Senhor Presidente que tinham recebido uma resposta do Tribunal de Contas que dizia “tal aditamento não está sujeito à fiscalização prévia”. Assim, o Senhor Presidente afirmou que esta resposta vinha confirmar que “ele tinha razão e que tinha tomado a decisão acertada em não deixar que a obra parasse” – disse. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente recordou as suas palavras em outras reuniões, quando afirmou que “voltaria a fazer a mesma coisa porque era a última coisa que queria que a obra da escola parasse”. Com os “timings” e com todas as condições, seria muito mau para todos se isso acontecesse - disse. Esclareceu ainda que não tinha havido nem iria haver qualquer penalização para o Município nem para si próprio, tal como tinha sido falado. Não há qualquer penalização, pois o visto não tinha de ser solicitado. -----

Adiantou que, de qualquer forma, iria fazer chegar toda aquela informação e que ainda não o tinha feito porque não tinha tido tempo de reunir os e-mails todos e que tinha pedido à Técnica Vanda que lhe fizesse um apanhado, contudo, ela apenas tinha uma parte dos e-mails, a outra tinha a Dra. Maria D'Aires –disse. O Senhor Presidente acrescentou ainda que “mais dois ou três dias” conseguiria reunir toda a documentação para que o Senhor Vereador e à Senhora Vereadora tivessem conhecimento de como tudo se passou e de como se desenvolveu. -----

Assim, o Senhor Presidente disse considerar uma boa notícia para todos e reafirmou que tomou aquela decisão com base num parecer que tinha vindo da CCDR – Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Alentejo, sabendo que poderia correr “um pequeno risco”, pois tinha um parecer daquela



entidade que lhe dizia que “o podia fazer “. -----
Voltou a afirmar que “faria a mesma coisa”, dada a importância que tem a obra da escola e que na condição de Presidente da Câmara, “muitas vezes temos de ser um bocadinho ambiciosos nas decisões e muitas delas não são fáceis de tomar, mas é importante que se tomem.” -----

A concluir, manifestou o seu agrado relativamente à decisão que tomou e realçou a sua importância para o concelho. -----

Em seguida, o Senhor Presidente referiu-se à Semana Cultural de Alcáçovas, felicitando a Junta de Freguesia local pela qualidade dos eventos realizados e destacou a comemoração dos 50 anos da primeira reunião dos Capitães de Abril, considerando-a muito importante para o Concelho de Viana.-----

Disse ainda, que costumava dizer, em jeito de brincadeira “ quantas páginas de jornal são necessárias para divulgar o nosso concelho, como uma iniciativa deste tipo o faz, uma vez que através da televisão se entrou nas casas das pessoas, no nosso país e no estrangeiro também!” -----

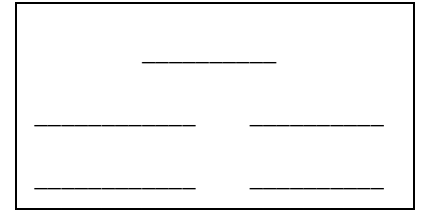
Não obstante o enaltecimento dirigido à Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente expressou o seu desagrado em relação às críticas da Senhora Secretária daquela Junta de Freguesia na sessão da Assembleia Municipal, a qual referiu serem insuficientes os apoios, especialmente, os financeiros atribuídos pelo Município à Junta de Freguesia de Alcáçovas. Neste sentido, informou que a Câmara Municipal tinha concedido apoio financeiro a esta Junta de Freguesia, no montante de 10.000,00€ (dez mil euros), como participação nas despesas com a Semana Cultural de Alcáçovas e mais 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), que correspondem a metade do valor do almoço comemorativo dos 50 anos da primeira reunião dos Capitães de Abril. Para além disto, disse o Senhor Presidente que a Câmara tinha contribuído também com os meios humanos, e logísticos, nomeadamente, montagem de tendas, montagem de estruturas de sombreamento, camarim, pintura do parque infantil, cedência de mesas, bancos, iluminação que esteve a cargo do electricista da câmara, centro cultural preparado para as exposições, disponibilização do Paço dos Henriques, entre outros... -----

Concluiu este assunto, salientando que, em sua opinião, a Senhora Secretária da Junta de Freguesia, “não foi justa nem feliz com as observações que fez, considerando o apoio insuficiente”. -----

Acrescentou que, “muitas vezes não é só o dinheiro que conta”, mas tudo o que tinha acabado de mencionar também contava, uma vez que toda esta logística custa dinheiro, tendo, por isso de ser contabilizado, “tudo isto é dinheiro que sai dos cofres da câmara”. Numa iniciativa que não é da câmara- disse- considera ter sido um bom apoio. -----

O Senhor Presidente referiu, uma vez mais, que deveria ter havido, por parte da Junta de Freguesia de Alcáçovas, um reconhecimento “diferente” para com a câmara. -----

Seguidamente, referiu-se ao processo da DGR – Divisão de Gestão de Recursos e desculpou-se pelo facto

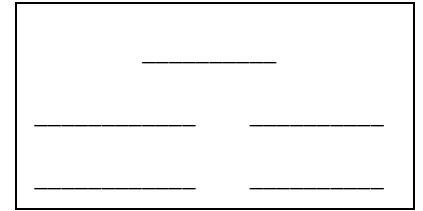


de ainda não ter enviado os documentos que lhe tinham sido solicitados e alegou não ter tido tempo suficiente para isso, uma vez que a semana tinha sido “muito agitada” e ainda fez questão de acompanhar as iniciativas, na sua generalidade. Contudo, provavelmente, naquele dia ou no dia seguinte, seriam enviados, dado que até já os tinha reunidos. Disse também que não tinha enviado no momento, para que não dissessem que tinham sido enviados “às portas da reunião”. -----

Quanto à Estratégia Local de Habitação, assunto já abordado em reuniões anteriores, o Senhor Presidente informou que, na semana seguinte, seria realizada uma reunião com o objetivo de se perceberem qual o ponto de situação, da evolução do processo, tentar combinar alguns “timings” e saber mais alguns pormenores sobre este processo. -----

Terminada a sua intervenção, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Costa da Silva, que começou por dizer que alguns dos pontos que iria abordar, já tinham sido referidos pelo Senhor Presidente. Começou pelo ponto que lhe pareceu “mais feliz” – disse. Assim, enviou as suas felicitações à Junta de Freguesia de Alcáçovas, a todas as associações envolvidas, muitas personalidades locais, à Câmara Municipal que participou e apoiou, à população que também participou e se envolveu nas iniciativas. Na sua perspetiva, a organização correu muito bem e isso deve-se à colaboração de todos e não só da Junta de Freguesia, que é quem lidera e quem toma a iniciativa. Disse este Vereador que um evento destes só pode ser concretizado, com envolvimento fortíssimo das associações locais, da participação ativa dos agentes locais e de muitas personalidades, que de uma forma muito voluntária participam e dinamizam um conjunto de atividades, portanto, estão todos de parabéns. Para além disso, na sua perspetiva – disse – o enquadramento daquela iniciativa entre as duas grandes datas que acontecem na Freguesia das Alcáçovas, nomeadamente, o dia 4 de setembro, data da assinatura do Tratado de Alcáçovas e o dia 9 de setembro, que assinala a primeira reunião dos Capitães de Abril, prova que a escolha da data para a realização da Semana Cultural é acertada. Quer dizer que, integrar uma Semana Cultural entre estas duas ilustres datas, viabiliza e dá força a uma iniciativa bastante interessante”, a qual deve ser reforçada – afirmou. Disse, ainda, o Senhor Vereador António Costa da Silva que esta iniciativa é bastante “forte”, tal como muitas outras iniciativas no concelho, sendo que, neste caso, se estava a tratar, especificamente da Semana Cultural de Alcáçovas. -----

Este Vereador realçou, novamente, a importância do dia 4 de setembro (Tratado de Alcáçovas), por ser um dia histórico para a humanidade e não só para Alcáçovas, pois trata-se de um acontecimento nacional que é da competência de Portugal, e que este não tem aproveitado a data histórica que permitiu a paz entre dois reinos, o que conduziu às descobertas e possibilitou “esta mundialização, esta globalização” que aconteceu e, por sorte, foi em Alcáçovas, no Concelho de Viana do Alentejo. Disse este Vereador que “isto



é um privilégio “que se devia realçar, tal como os Espanhóis fazem com Tordesilhas e que é conhecido no mundo inteiro. -----

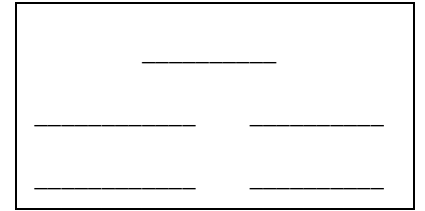
O Senhor Presidente interveio e referiu que tal como o Tratado de Alcáçovas, também a primeira reunião dos Capitães de Abril aconteceu no Concelho de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Vereador continuou e disse que na sua perspetiva se deviam reunir a Câmara, a Junta de Freguesia, as Entidades Regionais e outras entidades para aquela data porque não é só Alcáçovas, é o concelho e a região que “ficarão a ganhar” com esta identidade e com estes elementos únicos. Para além disso, há o Paço dos Henriques, em Alcáçovas, no Concelho de Viana do Alentejo. Foi aí que se assinou o Tratado, onde se realizaram casamentos reais, e tudo o que aconteceu ali merece muito mais pela importância histórica que isto tem para o país – disse. -----

Relativamente à reunião dos Capitães de Abril, disse este Vereador, aludindo à expressão usada pelo Senhor Presidente da República, que “esta é uma das nossas grandes datas nacionais”, tal como a data da Fundação do País, à Independência e Restauração do país, à Implementação da República, ao Liberalismo, à Primeira República e, a mais recente, com 50 anos, o 25 de Abril. A reunião dos Capitães de Abril marca o 25 de Abril, é uma presença significativa, daí o seu mediatismo. Neste contexto, o Senhor Vereador Costa da Silva afirmou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas teve um papel muito importante porque no ano anterior, por ocasião das comemorações dos 49 anos, realizou um evento, que desencadeou esta iniciativa das comemorações dos 50 anos. Para essa data, foram convidados o Tenente Coronel Vasco Lourenço e a Comissária responsável pela organização dos 50 anos do 25 de Abril e, foi nessa altura, que surgiu o desafio de enquadrar esta iniciativa. De salientar que a comissão organizadora teve um papel “altamente pró-ativo” que enriqueceu muito a iniciativa e a Associação dos Capitães de Abril teve um papel determinante para que se concretizasse, apesar das limitações que sempre existem, sobretudo financeiras, entre outras e que criam algumas dificuldades à projeção local, mas que houve a nível nacional. Salientou a importância desta projeção local, permitindo uma maior participação das pessoas, contudo, “não é fácil porque não há dinheiro e é difícil organizar as coisas “- disse-----

O Senhor Vereador Costa da Silva mostrou a sua satisfação e felicitou Alcáçovas e o Concelho de Viana do Alentejo. Destacou a importância da participação do Senhor Presidente da República, do Governo, do Senhor Primeiro – Ministro, do Chefe Maior das Forças Armadas, ou seja, as presenças institucionais mais significativas e democráticas também. Estiveram, ainda, presentes representantes de todas as cores políticas, quer do poder nacional quer do poder local, o que que significa que “dignificamos a democracia” - afirmou. -----

É isso que devemos trabalhar porque outros perigos se levantam para a democracia. Disse ainda o Senhor Vereador António Costa da Silva que, “não querendo fazer de advogado da Junta de Freguesia de



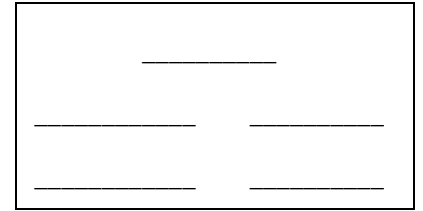
Alcáçovas”, iria fazer uma interpretação das palavras que foram ditas. Assim, referiu que em todos os discursos que foram proferidos, nomeadamente, o do Presidente da Junta de Freguesia, no início da Semana Cultural, há uma alusão àquilo que se ambiciona para estas iniciativas porque, “quando a Junta refere que o dinheiro é escasso, que é pouco, é numa perspetiva de desafio e não de injustiça” - disse ser a sua interpretação. Os 10.000,00€ (dez mil euros) de apoio que a Junta recebeu são os mesmos de há dez anos, não contando com os 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros) para o almoço, que não foi metade do valor total- afirmou. Salientou ainda a importância da participação da câmara, da presença e mediatismo e do simbolismo da democracia. Isso é mais importante que todos os valores financeiros, “há coisas mais importantes” - disse. -----

Disse ainda este Vereador que, de qualquer forma, com os mesmos 10.000,00€ (dez mil euros) de há dez anos, com custos são maiores, pressões maiores e maior ambição para a realização desta iniciativa, o valor não é suficiente. A Junta de Freguesia não “fez mais porque não conseguiu, mas fez com o que tinha” – afirmou. -----

A lamentação que sentiu no discurso do Senhor Presidente da Junta não foi nenhuma crítica, mas antes o sentimento de quem quer fazer mais e não consegue”. Disse ser esse o seu entendimento. -----

Apesar de sentir que o contributo da câmara foi pouco, destacou a intervenção da Senhora Secretária da Junta de Freguesia, na qual foi realçado o papel da câmara, a colaboração dos funcionários, cujo nome citou, e que tiveram um papel pró-ativo e que ajudaram mais do que aquilo que era a sua obrigação, trabalhando até fora do horário laboral. Portanto, a Senhora Secretária da Junta de Freguesia teve o cuidado de salientar e agradecer toda a colaboração da câmara quer pelos meios humanos quer materiais. Disse ainda que o que está em causa é a questão financeira e que, ele próprio, também considera insuficiente o valor atribuído para a realização desta iniciativa e que, a Junta de Freguesia teria de arranjar alternativas financeiras, outros projetos, não sendo fácil, hoje em dia, arranjar financiamento para atividades culturais. Este Vereador fez referência ao Programa Operacional Regional que tem para sete anos, para a área da cultura, 2 milhões e 500 mil. Estes sete anos, na prática, são nove e para 58 municípios, Alentejo mais Lezíria do Tejo, o que significa que é muito pouco dinheiro para iniciativas para uma região que tem uma identidade cultural muito forte. -----

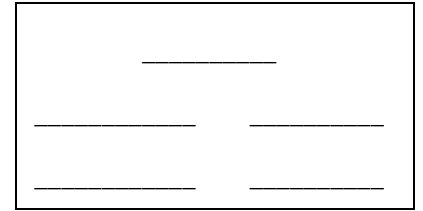
Por tudo isto, voltou a salientar que não viu isto como uma crítica destrutiva, mas como uma ambição e reforçou o discurso inaugural do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas que foi muito “virado para o Senhor Presidente da câmara”, referindo que “queriam fazer mais, que queriam mais do que aquilo, que tinham muito para fazer e queriam enriquecer, mas precisavam de mais”. A câmara saberá se consegue ou não e isso seria outra discussão- acrescentou. -----



Disse ainda este Vereador que seria uma aposta interessante, até porque “10.000,00 (dez mil euros) não é assim tanto dinheiro, a Junta de Freguesia multiplicou isto outras tantas vezes”. Reforçou que seria importante um apoio monetário maior, tendo em conta que esta iniciativa pode ganhar outro relevo. Neste contexto, deu o exemplo do espetáculo de harpa e flauta, que inaugurou a Semana Cultural, e que foi magnífico. Em sua opinião, deve-se ajudar as pessoas a conhecer boa cultura e salientou que uma jovem de Alcáçovas, que fez a sua vida fora, tem uma notoriedade na área da cultura, da música. Tem também, na Antena 2, um programa dedicado a Natália Correia e outros programas, portanto, uma personagem interessantíssima. Disse ainda que, “se não lhe faltava a memória, o espetáculo tinha custado 400,00€ (quatrocentos euros) e foi uma iniciativa “brutal”, tal como outras. É possível fazer boa cultura e ajudar as pessoas a escolher outras aprendizagens, sobretudo jovens, que têm maior abertura, outros horizontes, escolher aquilo que é cultura, gastando menos dinheiro. O que referiu é um exemplo disso, entre muitos outros que se multiplicam por aqui-disse. -----

Em sua opinião, o que é negativo na cultura são “os Mafama deste mundo”. Entende que as pessoas gostem dos “Mafama” e encham pavilhões com eles e outros do mesmo género, mas isso é cultura errada e paga-se cultura errada para as pessoas que deveriam ter outra aprendizagem daquilo que é a verdadeira cultura. As pessoas aderem a este tipo de espetáculos e entende, mas é um dinheiro malgasto. Adiantou que, sabia que o espetáculo com o “Mafama” iria encher e que as pessoas iriam dizer que ele estava errado, mas o “Ólarilolela” iria estragar a música do “Mineiro”, é um atentado à cultura portuguesa, à identidade alentejana. Disse ser a sua opinião e que “já estava naquela fase que dizia o que pensava e que não se importava com os votos”. -----

O Senhor Presidente interveio e disse “que uma semana cultural é uma semana cultural, uma feira é uma feira”, e que a feira permite “estender, alargar mais um bocadinho”. Respondeu o Senhor Vereador António Costa da Silva que, nesse caso, as pessoas deviam pagar e explicou a razão, reportando-se a outros tempos em que as associações desportivas e culturais locais contratavam os artistas para ganharem dinheiro e desenvolverem as suas iniciativas locais. Referiu que as Câmaras Municipais, assumiram-se “fazendo à borla”, as pessoas pagavam para irem aos clubes ver esses artistas. Isto quer dizer que os grupos para se financiarem contratavam esses artistas e ganhavam dinheiro com essas iniciativas e as câmaras ajudavam quando a “coisa corria mal”. Quando havia prejuízo, as câmaras pagavam a diferença. Por norma, ganhavam dinheiro-disse. Isso permitia desenvolver as atividades e as Câmaras Municipais substituíram-se a essa receita que os grupos tinham, oferecendo à borla estes artistas. Assim, as câmaras têm, não só de financiar as associações que já não tem alternativa de receita, como ainda vão financiar os artistas, e este modelo é errado- afirmou. -----



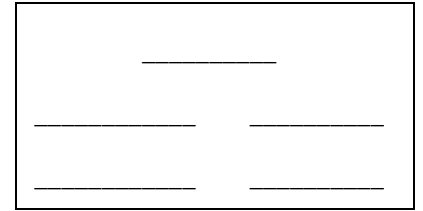
O vereador António Costa da Silva sugeriu que este assunto fosse discutido a nível da Associação Nacional de Municípios porque, hoje em dia, um Presidente de Câmara, um executivo municipal ser avaliado pelos artistas que traz ao seu concelho, “entra-se num nível de patetice popular” - disse. Referiu que, em sua opinião, devia ajudar-se as pessoas a aprender ou a apreender aquilo que são outras opções e verificamos que se gastam milhares de euros em artistas, quando há coisas mais importantes, como a ajuda social, dinamização económica para a promoção do concelho, para atividades culturais mais concretas. -----

Assim, concluiu, dizendo que deixa ali “aquele desabafo em relação aos “Mafama deste mundo” e reforçou a sua perspetiva em relação ao discurso do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, afirmando que não foi uma crítica, mas uma ambição, relativamente ao facto de querer “fazer mais”. ---

O Senhor Presidente tomou a palavra e afirmou que não tinha dito que os discursos tinham sido uma crítica, no sentido da “agressividade, apenas considerou injusto o da a Secretária da Junta de Freguesia de Alcáçovas. Disse ainda que “não se pode olhar só para os números redondos”, provavelmente a câmara gastou outro tanto. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva continuou a sua intervenção e abordou a questão da exoneração da chefe da Divisão de Gestão de Recursos e de todo o processo. Disse este Vereador que, tendo já passado um mês e meio, ainda não têm a informação toda, como por exemplo, a carta da Dra. Maria D’Aires e o conteúdo da mesma, ou seja, os argumentos apresentados. Neste processo, é importante que todos tenham toda a informação, de forma a fazerem uma melhor avaliação da situação e isso continua a falhar. Disse que já era tempo a mais e que na última reunião de câmara, tinha ficado o compromisso de que iriam receber a informação em falta e que o mesmo se passava em relação ao Visto prévio do Tribunal de Contas, assunto também com informação pendente porque a troca de e-mails, neste processo, ainda não a conhecem. Disse que só conheciam as informações que foram discutindo e que foram apurando e que não conheciam também o parecer do Tribunal de Contas que o Senhor Presidente tinha recebido, o qual dizia que o processo não necessitava de Visto prévio. Portanto “estavam no escuro, a fazer uma discussão estranha”. Disse ainda que confiavam na palavra, mas precisavam de perceber a cronologia dos acontecimentos porque havia coisas que o Senhor Presidente podia dizer que tem razão porque arriscou, mas que, no primeiro e-mail que tem da CDDR, refere-se a uma pergunta que foi colocada e que depois foram pedidos mais elementos porque não esclarecia totalmente aquilo que era a questão concreta em relação ao Visto prévio do Tribunal de Contas. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva, evidenciando a sua preocupação, afirmou que há uma instituição que tem de se preservar, que é a Câmara Municipal de Viana do Alentejo, que esse é o papel que dos cinco elementos do executivo municipal e que não “dá para arriscar nesse nível”. Se o Tribunal de Contas viesse inviabilizar a elegibilidade de uma quantia de 256.000,00€ (duzentos e cinquenta e seis mil euros), era uma



despesa que lesaria o município, o que seria muito grave. Não sendo desta forma, é ótimo, é uma boa notícia, o que os deixa descansados e que vai permitir fazer investimento, no qual 85% é elegível dos fundos comunitários. De qualquer forma, “o processo não foi bem conduzido e, nestas coisas, não se pode estar sujeito a pressões” - disse. -----

Tem de se decidir de acordo com as regras, com a ética, que é uma questão fundamental de quem gere a “coisa pública”. O que importa, neste momento, é que não haja problemas para o município, essa é a questão central e a perspetiva agora é positiva, de acordo com a informação recebida. -----

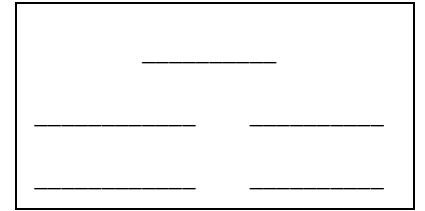
Por último, este Vereador, deixou uma nota acerca da substituição da anterior chefe de divisão, pelo Dr. Mário Grave, a quem desejou que tudo corresse bem e que correspondesse às expetativas do desafio que lhe foi lançado, em prol daquilo que são os interesses do município, mas há uma coisa que precisam saber, porque está em regime de substituição, há regras e há um procedimento que tem de ser lançado, tem de haver um concurso e é preciso saber se está a ser preparado.-----

Depois da intervenção do Senhor Vereador António Costa da Silva, o Senhor Presidente respondeu, dizendo que não havia perguntas em concreto, a não ser a que se refere à nomeação do Dr. Mário Grave, cujo procedimento concursal será preparado, tal como outros concursos. O Senhor Presidente adiantou que a pessoa responsável pelos concursos, Dra. Paula Coelho, estava de férias e que, assim que regressasse, dar-se-ia andamento a este e outros concursos, levando o tempo que é normal para os serviços, com a rapidez possível e dentro dos prazos legais. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou fez a sua intervenção, cumprimentando todos os presentes e os que estavam a acompanhar à distância e começou por se referir à Semana Cultural de Alcáçovas e às atividades que pouco acompanhou, mas aquelas em que esteve presente, disse terem sido muito interessantes. Para além disto, referiu-se também ao valor monetário atribuído, valor esse que também já questionava na altura em que estava em funções. Disse que, por vezes, é preciso fazer-se um “esforço hercúleo” para se realizarem as atividades. Reconhece que esta organização da Junta de Freguesia tem o apoio da Câmara Municipal e que toda a ajuda é bem-vinda e tudo o que é feito se traduz em dinheiro. Não se alongou mais e disse que não o deveria fazer. -----

Relativamente à nomeação do Dr. Mário Grave, a Senhora Vereadora desejou ao novo chefe de divisão, as maiores felicidades para o novo cargo que assumiu em regime de substituição. Disse já ter tido oportunidade de lhe transmitir estas palavras, anteriormente e reiterou os votos de sucesso porque se “tudo correr bem para o Mário, correrá também para o Município e para todos. -----

Seguidamente, esta Vereadora aludiu à situação da exoneração da chefe da Divisão de Gestão de Recursos e sublinhou aquilo que o Senhor Vereador da coligação VIVA tinha mencionado. Disse que tinham o parecer o Senhor Presidente, mas não tinham mais nenhum elemento, embora o Senhor Presidente tivesse dito

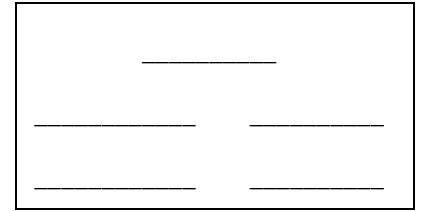


que iria enviar os elementos restantes. Contudo, passado mês e meio, não conhecem sequer a defesa da visada e isso é muito importante para poderem perceber o que se passou-disse. -----

Esta Vereadora referiu que não podiam deixar esta situação “cair no esquecimento”, realçando que este não foi o primeiro caso e que, após a tomada de posse do executivo, tinha havido também cargos que caíram de imediato, mas que se há profissionais que “desenvolvem um trabalho que é bom e meritório”, é importante que se mantenham para que a “máquina também se mantenha bem oleada”. Disse que não ia tecer mais considerações, uma vez que o Senhor Presidente disse que iria enviar os elementos, e iriam depois analisar com mais elementos, ficando assim em melhores condições de fazer uma discussão mais alargada daquele tema. -----

No que diz respeito ao outro dossier que tinha sido pedido, a Senhora Vereadora Sara Grou, embora tenha vindo a resposta quanto ao Visto prévio do Tribunal de Contas e que, de acordo com a informação recebida, não era necessário, não impede que conheçam todos estes processos. Para além disto, disse que havia em toda a conversa do Senhor Presidente, uma situação que a deixou com uma dúvida e que se prendia com a opinião da anterior chefe de divisão, a qual tinha dito que não seria necessário o Visto prévio, isto numa primeira fase. Com toda a confusão de trocas de e-mails e com todo o tempo que durou, ficou a impressão depois desta opinião inicial da chefe de divisão, terá vindo um parecer da CCDR, que referia a necessidade desse Visto. Por tudo isto, é muito importante que se analisem todos esses e-mails- disse. -----

Disse ainda esta Vereadora que há dois dossiers muito importantes para serem discutidos entre todos. ---
Continuando a sua intervenção, a Senhora Vereadora Sara Grou disse que havia duas alturas do ano que só quando se chegava ao tempo delas é que se começavam a preocupar, era o caso da Romaria a Cavalos e da Feira D’Aires. Neste contexto, esta Vereadora relembrou um assunto, já abordado por si, algumas vezes e que se tratava da zona envolvente ao Santuário de Nossa Senhora D’Aires, cuja obra não se sabe ao certo se se encontra concluída e que para que se fique com uma “ideia bem clara” sobre o assunto, seria importante a presença do Arquiteto Carlos Marques numa reunião de câmara, de forma a explicar a situação da conclusão ou não da referida obra, já que foi ele responsável pela mesma. Disse ainda a Senhora Vereadora Sara Grou que, quando se observam aqueles lancis e se vê a terra tão abaixo, em sua opinião, a obra não está concluída. Assim, dever-se-ia solicitar a ao Arquiteto Carlos Marques que os elucidasse sobre esta situação, porque se via continuar a colocar terra, a terra irá “empapar” e o problema vai persistir. Em seguida, esta Vereadora referiu-se às obras do Convento de Nossa Senhora da Esperança, assunto discutido na última Assembleia Municipal. Tendo elementos em seu poder, esta Vereadora esclareceu que, afinal, este processo tendo o número 33/22 de não entrou no tempo do anterior executivo, mas no tempo do atual executivo. Sabe-se que durante este período, já foram pedidos elementos repetidos ao dono do imóvel, o que o levou a queixar-se por este motivo. Quando o Senhor Presidente falou em cinco



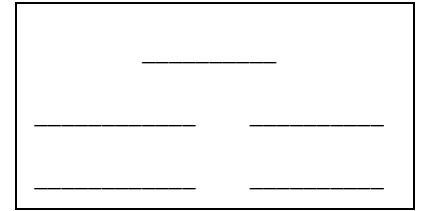
anos e no anterior executivo, tal não aconteceu. Poderá ter sido um equívoco com o Convento de Jesus, mas não com o Convento de Nossa Senhora da Esperança, tendo em conta os dados de entrada do processo. Esta Vereadora disse ainda que o Senhor Presidente poderia ter corrigido aquela falha, até porque tinha na sala a anterior chefe de divisão e ter-se-ia esclarecido. Para quem é de Alcáçovas, seria muito estranho os cinco anos porque a venda do imóvel não tinha sido há tanto tempo. -----

A Senhora Vereadora apresentou também uma questão, que está relacionada com os caçadores, que foram eles quem chamou atenção por causa da vacinação antirrábica, feita pela câmara. A caça irá começar no dia 1 de outubro e a vacinação está marcada entre 4 e 9 de outubro, nas diferentes freguesias. Perguntou a Senhora Vereadora se esta situação se prende com a falta de Veterinário e que gostaria de ver este assunto esclarecido. Perguntou também se iria continuar a haver uma avença ou se iria haver abertura de concurso. -----

Outra das questões colocadas pela Senhora Vereadora Sara Grou está relacionada com os cadernos de atividades dos alunos, que vão ser oferecidos, mas o que está a qui em causa é o pouco relevo que foi dado a este assunto, tendo sido publicado no Facebook do Município um pequeno quadro com o horário da entrega, facto que passou despercebido a alguns pais e encarregados de educação. Neste sentido, a Senhora Vereadora deixou uma sugestão à Senhora Vice-Presidente que tem o pelouro da educação e propôs a divisão dos livros e no primeiro dia de aulas, fazer a entrega dos livros de atividades e a receção dos meninos. Em sua opinião, talvez fosse mais viável, e evitar-se-ia a deslocação dos pais. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que, relativamente a este assunto, passaria a palavra à Senhora Vice-Presidente. De qualquer forma, como não pôde estar presente, devido a reuniões importantes em que participou, gostaria de saber a quantidade de pais que estiveram presentes. -----

Quanto à questão da vacinação, o Senhor Presidente referiu a problemática com a situação do Veterinário vem desde os concursos ao mapa de pessoal e disse que não estava a usar estas situações como pretexto. Salientou também o convite que foi feito aos cinco Veterinários do concelho, havendo um concorrente que ganhou e após um mês, percebeu-se que essa pessoa não poderia assumir aquelas funções, dado que estava vinculada noutro município. Disse que não tinham conhecimento da situação e que, por isso, não tinha qualquer culpa neste assunto. De facto, isto tinha sido mais um atraso para o processo todo das vacinações, das ninhadas de gatos. Entretanto, foi celebrado um acordo com uma clínica veterinária do concelho para resolver aquelas necessidades até o problema estar solucionado. Disse ainda o Senhor Presidente que tinham tentado resolver com o Veterinário o problema da vacinação e que o este ainda tinha falado com a direção responsável, mas há prazos, desde que se comece o processo, até à informação e posteriormente à vacinação e que coincide com os dois dias depois de começar a caça. Infelizmente- disse- para se cumprirem os prazos, não se pôde fazer com dois ou três dias de antecedência, o que seria



o ideal. Poderá haver algum cão que não esteja vacinado, especialmente algum mais novo, os outros têm, normalmente, as vacinas em dia. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interrompeu e perguntou se o executivo iria partir para o contrato com o Veterinário. O Senhor Presidente respondeu que se iria abrir um concurso para admissão de um Veterinário, pelo que o acordo com a dita clínica seria só até a questão estar resolvida. -----

Relativamente ao assunto do Convento de Nossa Senhora da Esperança, o Senhor Presidente informou que o processo tinha começado em 2017, havendo depois um pedido de certidão. Houve, novamente, um outro contacto, com outro pedido de certidão, por causa do PMD- Plano Diretor Municipal, em 2019 e depois de o processo estar completo e de o Senhor ter ido à câmara e de ter falado consigo, disse-lhe que “por este andar, se não fosse dado andamento ao processo, iam embora, porque estava há cinco anos em contacto com a câmara, e já tinha tido reuniões com uma Arquiteta”. Afirmou ainda o Senhor Presidente que havia uma prova que o processo tinha começado em 2017. -----

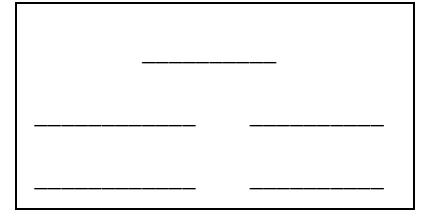
A Senhora Vereadora Sara Grou voltou a intervir e afirmou que o que lhe tinha sido dito é que já tinha havido dois proprietários, para além do proprietário inicial, terá existido uma primeira compra e este senhor foi a segunda pessoa a adquirir. -----

O Senhor Presidente interveio e disse que, no momento, não poderia dar os nomes todo, mas que até já tinha pedido ao Arquitecto que “fizesse um apanhado”. -----

O Senhor Presidente prosseguiu a sua intervenção e afirmou que o processo começou, oficialmente em 2022, e que já estava com metade da construção feita, portanto, tudo estava legalizado e se houve pedido de consulta dos processos, não era do seu conhecimento, que os técnicos é que saberiam. -----

O Senhor Presidente disse ainda que o senhor “estava desesperado quando chegou à câmara” e que tinha afirmado que, tendo em conta que o executivo tinha mudado, ia saber se interessava ou não este investimento porque caso não interessasse, ir-se-ia embora. -----

Disse o Senhor Presidente que estas tinham sido as palavras do senhor e que, depois, foi verificar e constatou que a primeira certidão tinha sido em 2017 e, em 2019, tinha havido outro episódio e houve várias conversas, entretanto, porque como se sabe, há coisas que se fazem por “entendimento, que não são oficiais”. O que os senhores fizeram foi não apresentar o processo enquanto não tivessem a certeza e havia um conflito –disse- do qual se lembrava, e que estava relacionado com o PDM. Havia quem afirmasse, na câmara, que o senhor não poderia desenvolver o seu projeto porque havia uma parte do PDM, onde não de poderia “mexer”. Mais tarde, depois de analisado, constatou-se que “não era assim”, que, afinal, era possível e, por isso, foi aprovado com os devidos pareceres. Voltou a referir que, muitas destas coisas se passam em entendimentos, em conversas e não são escritas. O projeto só foi metido em 2022, depois de terem a certeza que iria ser aprovado, com alguns acertos, naturalmente. O Senhor Presidente voltou a



sublinhar que o processo foi iniciado em 2017, tendo o projeto sido submetido em 2022, e que não “enganou” ninguém. Reconheceu que, na sessão da Assembleia Municipal, não se especificou entradas de projeto –disse-----

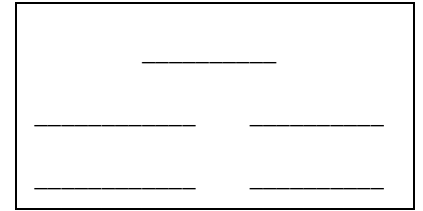
A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e esclareceu que o que o vereador do executivo anterior tinha dito que, “na sua mesa de trabalho, não tinha entrado nenhum projeto nessa altura, pelo que tinha solicitado uma cronologia com os passos deste assunto. -----

O Senhor Presidente respondeu que não avançou mais com o assunto porque “não tinha dados concretos e não iria inventar datas”. A terminar, congratulou-se pelo facto de o assunto se ter resolvido e a obra já estar bastante adiantada e que tinha gostado bastante de ver, quando lá tinha estado. -----

Seguidamente, o Senhor Presidente disse que o processo da Senhora D’Aires é um processo difícil de perceber e que reconhecia que faltava alguma terra para atingir o nível do lancil, sendo isto a única coisa que faltava porque leva milhares de metros cúbicos para chegar àquele nível. O Senhor Presidente disse que há um tempo que tinham ido buscar saibro a Aguiar, “o célebre saibro que toda a vida alimentou a câmara de Viana”, um saibro de grande qualidade. Informou também que que referido saibro tinha sido dado pelo Senhor que vendeu o terreno à Câmara Municipal, com quem tinham chegado a acordo. Ainda assim, não se consegue “num dia, nem em dois, nem num mês”, são necessários muitos milhares de metros cúbicos. É certo que também faz falta alguma chuva para aquilo consolidar, mas o importante é o material. Se fosse com terra, já estaria resolvido, uma vez que há muita terra por todo o lado, o problema é que tem de ser feito com material como deve ser - afirmou. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que, em termos de base,” não estava pior, tinha era de continuar a levar material bom”. -----

Em relação à Feira D’Aires, o Senhor Presidente referiu que não haveria grandes problemas, mesmo que chovesse e que tinham feito uma intervenção, uma correção em relação ao ano anterior e que tinha sido a abertura do esgoto para os feirantes, já que não existia. Por lapso, não tinha sido feito e agora, a câmara teve de intervir para abrir as caixas de esgoto porque, no ano anterior, muita água que havia por ali era das roulotes e para que não voltasse a acontecer, tiveram de fazer uma intervenção maior. Assim, o Senhor Presidente afirmou que acreditava que não haveria problemas, à exceção de algumas zonas dos passeios que ainda não “levaram esse material”. Quanto a este assunto, disse que arriscaria a dizer que a obra, mesmo depois de estar ao nível dos lancis, a obra não vai parecer estar acabada, as pessoas vão “olhar para ali e continuar a perguntar “quando é que se acaba a obra da Senhora D’Aires?”. O espaço não é cimentado e há ali um outro pormenor...! Disse ainda que, para já, a água ficava dentro dos lancis, mas que não era preciso estar ao nível do lancil para a água sair porque os lancis são interrompidos. Isso é uma das coisas que contribui para que a obra pareça não estar acabada. -----



Referiu ainda que os lancis são interrompidos, opção do anterior executivo que preferiu não fazer sumidouros dentro daquelas zonas, por uma questão de economia. Por esse motivo, a água sai através dessa separação dos lancis. Disse que atualmente já saía, mas que vinha para a estrada, o que é outro inconveniente. Seja como for, em termos “visuais”, a obra vai sempre parecer inacabada, porém, a câmara iria continuar a ter “esse cuidado de ir colocando material, para que mais tarde não venha a dar problemas”. -----

Interveio de seguida a Senhora Vice-Presidente que respondeu à questão colocada pela Senhora Vereadora Sara Grou, relativamente aos cadernos de atividades e disse concordar com a proposta daquela Vereadora. Contudo, tinha uma dúvida em relação aos pais que têm filhos nos vários graus de ensino e que era um assunto a ponderar e a resolver com a Direção da escola. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael tomou a palavra e informou que no dia 11 de setembro, tinha estado presente numa reunião do Pré-Escolar, na qual também participou a Senhora Vice-Presidente e que tinha surgido um assunto importante, relacionado com a falta de auxiliares na escola. Adiantou também que tinha tido conhecimento que esta situação não se verificava só em Viana, mas também em Aguiar e Alcáçovas. Faltando dois dias para iniciar o ano letivo, perguntou esta Vereadora, qual o ponto de situação deste assunto. -----

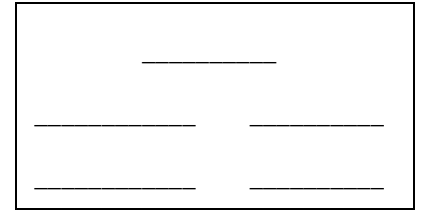
O Senhor Presidente interveio, informando que tinha estado presente numa reunião sobre aquele assunto e afirmou que a falta de auxiliares é “generalizada”, mas não na Câmara Municipal de Viana do Alentejo. Garantiu o Senhor Presidente que não há falta de auxiliares na escola e acrescentou que o rácio está cumprido. É verdade que as pessoas estão de baixa e que faltam, mas o rácio está cumprido- afirmou. ----

A Senhora Vereadora Rita Rafael voltou a intervir e perguntou ao Senhor Presidente como é que o rácio estaria cumprido se em 2022 entraram dez pessoas, das quais cinco estão a exercer funções na câmara, apenas três estão na escola, uma está de baixa e outra está de licença. -----

Assim, eram dez pessoas que tinham entrado para o concurso de Ação Educativa de Apoio ao Ensino Pré-Escolar. -----

O Senhor Presidente justificou esta situação, referindo que talvez tenha havido pessoas que estavam na câmara e foram para a escola e que a situação era fácil de provar, sugerindo a presença da responsável, Helena Torrão, que poderia trazer os números que provam que a câmara cumpriu o rácio previsto. -----

Disse ainda o Senhor Presidente que não estavam a proceder como no ano anterior em que não havia uma divisão entre as pessoas que estavam em Aguiar, que havia mais pessoas em Viana. Acrescentou ainda que tinha havido uma ocasião em que o diretor da escola lhe tinha dito que havia falta de pessoas na escola de Alcáçovas e na realidade havia, mas também havia pessoas a mais em Viana e essa gestão não é da câmara – disse. -----



O Senhor Presidente referiu que há um compromisso com a passagem de competências para a escola e que a câmara não “se mete nessa gestão” porque quem percebe desse assunto é o diretor, mas se tem pessoas a mais num sítio ou noutra, essa não é uma responsabilidade da câmara. O que interessa nesta situação é que o rácio foi cumprido e que é obrigatório - afirmou. -----

Voltou a intervir a Senhora Vereadora Rita Rafael que disse não estar a falar do caso das mobilidades, sabendo que as houve e que essas pessoas estão afetadas à câmara. A sua dúvida está nas pessoas que pediram mobilidade e se foi para a escola ou para a câmara. -----

Manifestou a sua preocupação pelo facto de existir, por exemplo, na sala do pré-escolar uma auxiliar para cuidar de quarenta e cinco crianças e adiantou que, de acordo com o que pensa, esta situação, por lei, é impensável. -----

Voltou a intervir o Senhor Presidente, reforçando o que já tinha dito anteriormente, relativamente à responsabilidade da escola neste assunto e que, independentemente das mobilidades ou outra o rácio cumpriu-se. A questão do sítio de onde as pessoas vêm, se é acertada ou não, é outra discussão-disse. As pessoas que foram retiradas da escola, outras ocuparam esses lugares, e o que conta é que a câmara cumpriu esse rácio. -----

Questionou a Senhora Vereadora Rita Rafael se esse rácio contava com as pessoas desempregadas. -----

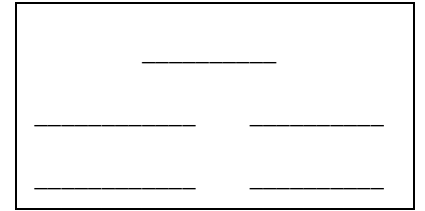
O Senhor Presidente respondeu, confirmando essa questão. -----

Assim, a Senhora Vereadora Rita Rafael disse que essa era também uma questão que gostaria de abordar. Disse que concordava com a existência de protocolos e que os considerava uma mais-valia para todos, mas que os mais pequenos precisavam de estabilidade e de rotina e o facto de haver pessoas a “entrar e a sair”, numa situação de desemprego, quebrava essa mesma rotina e estabilidade. Neste contexto, sugeriu que se repensasse esta situação e colocar as pessoas nesta situação com os alunos mais velhos e aquelas que têm mais competência ou mais dedicação, serem colocadas para cuidar dos mais novos. -----

A Senhor Vice-Presidente interveio e, dirigindo-se à Senhora Vereadora Rita Rafael, disse que tinha levado para a reunião aquele assunto para partilhar, tendo em conta que a preocupa bastante. Sendo também uma profissional da educação, conhece bem as dificuldades que existem na escola e afirmou que tinha realizado reuniões com todos os Jardins de Infância e foi constatado que havia falta de Assistentes Operacionais e, reforçou que a responsável pela Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social, Helena Torrão, poderia apresentar esses dados. -----

Relembrou, ainda, a Senhora Vice-Presidente que há pessoas de atestado médico e que a câmara não pode substituí-las porque “não tem competência nem tem pessoas”. -----

Observou o Senhor Presidente que a escola tinha uma vantagem, antes de a câmara lhe passar estas competências, que era a Bolsa de Recrutamento, a partir da qual poderia ir “buscar pessoas”, sempre



houvesse necessidade, nomeadamente, nos casos em que as pessoas estavam de baixa por mais de trinta dias. A câmara não o pode fazer porque a lei não permite- disse. -----

A Senhora Vice-Presidente disse que consultavam constantemente a lista das pessoas que estão no desemprego, mas que as pessoas não “querem vir”. Como não há corte no subsídio de desemprego, há a possibilidade de recusarem as propostas de trabalho, que é o que acontece, semanalmente. Disse também que concordava com a Senhora Vereadora Rita Rafael na questão da estabilidade das crianças, mantendo sempre a mesma pessoa e que tinham feito o esforço para colocar, em Alcáçovas, uma pessoa, que meteu atestado. Informou, ainda, que no dia seguinte estava agendada uma reunião com o diretor da escola e com a Educadora São Rocha, de forma a verem esta situação porque o rácio está cumprido. Faltam pessoas, mas, aludindo às palavras do Senhor Presidente, disse que este assunto era uma gestão da escola e que era da responsabilidade do diretor selecionar as pessoas que têm determinado perfil para determinados lugares. -----

A Senhora Vice-Presidente expressou a sua preocupação, contudo a câmara não tem um quadro de pessoal que lhe permita colocar mais pessoas. -----

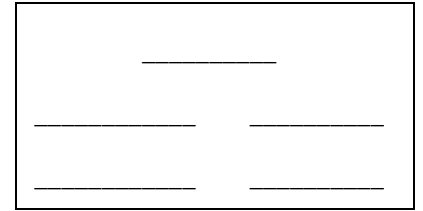
A Senhora Vereadora Rita Rafael insistiu neste tema e questionou se os Assistentes Operacionais que entraram para o concurso do Pré-escolar, estando na câmara, também contavam para o rácio. O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente esclareceram e disseram que só contavam para o rácio as pessoas que estão na escola. O Senhor Presidente disse ainda que, tal como acontece dentro da câmara com a entrada e saída de trabalhadores de uma divisão para outra, também acontecia na escola. -----

A Senhora Vice-Presidente informou que tinham entrado duas pessoas para o lugar das que se tinham reformado e o Senhor Presidente voltou a referir que se a câmara tivesse mais pessoas, estaria disponível e adiantou que a tinha feito um pedido ao IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, para tentar solucionar esta situação. Da lista que lhe foi apresentada com várias pessoas, todas foram contactadas e apenas uma respondeu que não podia vir. O que depois acontece às pessoas, já não é da responsabilidade da câmara, contudo, todas foram contactadas. – disse -----

O Senhor Presidente referiu também que não podia tirar pessoas da câmara para colocar na escola e que era do conhecimento de todos que há muito tempo que são necessárias mais pessoas para os serviços da câmara. -----

A Senhora Vice-Presidente reforçou as palavras do Senhor Presidente, afirmando que quando têm conhecimento das pessoas que vão entrar para o desemprego e que têm perfil para a escola, solicitam aos serviços que os avisem para que consigam falar com elas antes. -----

Ainda sobre este tema, o Senhor Presidente acrescentou que um dos objetivos do executivo e que seria o ideal era colocar pessoas efetivas, precisamente pelo fator estabilidade. De qualquer forma, a gestão feita



pelo diretor da escola teria a sua importância porque a câmara até poderia colocar pessoas efetivas, mas que poderiam “não ter jeito” – disse. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael exemplificou a questão do perfil para trabalhar com crianças, com o empenho e dedicação com uma funcionária com estas características e que foi colocada na cozinha. -----

O Senhor Presidente referiu que, na altura, precisavam de uma cozinheira porque estavam todas de baixa nos Agrupamentos à exceção de uma. Nesta situação, a vinda desta trabalhadora foi muito importante porque ajudou a colmatar esta deficiência nos serviços. -----

A Senhora Vereadora disse que a faixa etária do pessoal auxiliar também não ajuda, uma vez que são pessoas com sessenta anos ou mais, o que contribui para um maior número de baixas. -----

O Senhor Presidente informou que, em breve, se iriam reformar mais duas ou três pessoas, o que vai agravar a situação. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva interveio e abordou a questão do início do ano letivo. Começou por desejar um bom ano letivo a toda a comunidade educativa, aos alunos em primeiro lugar, aos Professores, a todos os funcionários e famílias, que têm um papel determinante no processo e desejou um bom ano letivo no concelho de Viana do Alentejo, com um bom acolhimento aos novos participantes para que possam estabelecer-se adequadamente. -----

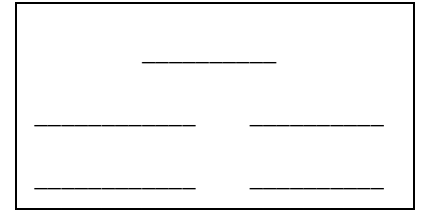
Este Vereador salientou todos os problemas que afetam a carreira docente e desejou que em Viana não atinja essas proporções. Nesse sentido, questionou se em Viana do Alentejo havia falta de Professores, se estava tudo preenchido, ou seja, qual o ponto de situação deste assunto. Regra geral, o que se tem constatado é que há “falhas enormes”, os docentes estão cada vez mais envelhecidos, e não havendo compensação desses docentes na escola, o problema agrava-se-disse. -----

O Senhor Presidente passou a palavra à Senhora Vice-Presidente e disse que “apesar de dizerem que ele controlava a câmara toda, não é verdade, e este assunto era um exemplo disso. -----

A Senhora Vice-Presidente esclareceu a questão do Senhor Vereador António Costa da Silva e referiu que quanto à colocação dos Professores, só tinha informação referente às Educadoras de Infância, as quais estavam todas colocadas, à exceção de uma, em Alcáçovas e que, no dia seguinte, teria a dita reunião com o Diretor da Escola e colocar-lhe-ia essa questão. -----

A Senhora Vice-Presidente comprometeu-se em enviar ao Senhor Vereador e às Senhoras Vereadoras as informações obtidas. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou, para terminar, referiu-se à lista de projetos da CIMAC e ao assunto da reabilitação urbana, no qual se destacava o Centro Interpretativo da Olaria, mas que em sua opinião, e como já tinha sido referido algumas vezes, seria muito importante dar continuidade à Requalificação dos Centros Históricos. Viana, que irá partir para a terceira fase, em Alcáçovas será a segunda e Aguiar irá iniciar



a primeira. Esta Vereadora disse que, neste momento, se podem ver as vantagens destas requalificações, nomeadamente a ausência de roturas. Falando de Alcáçovas, freguesia que conhece melhor, adiantou que poderão haver graves problemas na zona do Bairro Fragoso, o qual necessita de nova pavimentação, dado que a atual está em muito mau estado. Neste contexto, solicitou ao Senhor Presidente que investisse neste assunto, quando for oportuno, considerando-o muito mais importante que o Centro Interpretativo da Olaria. -----

O Senhor Presidente interveio e respondendo ao assunto da Senhora Vereadora Sara Grou, disse que os apoios e avisos que saem, se forem para os Centros de Olaria, por exemplo, não poderão ser usados para a pavimentação. Acrescentou, ainda, que não havia “nada” para a pavimentação e que era um assunto já discutido. A própria CCDR já tinha negociado porque não se trata de um problema só da Câmara Municipal de Viana, contudo, neste momento não há apoios para este fim. -----

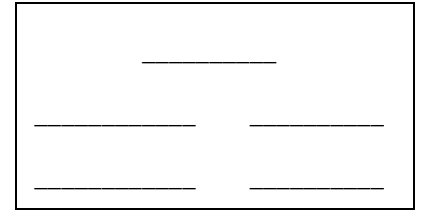
O Senhor Presidente disse o que iria haver era um apoio para a requalificação das redes de água. Se, de facto, existir esse apoio, posteriormente terá de ser gasto dinheiro para a pavimentação. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio, alertando para a questão do rebentamento de condutas no Bairro Fragoso, por isso, não se trata só da pavimentação. Disse também que a segunda fase da requalificação seria este bairro e que, quando falou nesta situação, não foi com o intuito de pavimentar porque, ela própria, é contra “a colocação de alcatrão por cima e deixar tudo por baixo”. -----

O Senhor Presidente disse que o que poderia acontecer seria, por exemplo, haver um apoio para a requalificação de uma igreja e arranjar-se a envolvente. Adiantou que as verbas que irão chegar para esta requalificação são bastante baixas e informou que tinha estado numa reunião onde se falava deste tema, com algum desespero em relação aos valores destinados para este fim. “O problema é que não se podem misturar”, mas é de todo o interesse do executivo resolver esta situação, até porque, em Viana, houve três roturas na mesma semana, na Rua Miguel Bombarda—disse. -----

Ainda em relação ao assunto dos projetos da CIMAC, o Senhor Presidente afirmou que podem não abrir nenhuns daqueles avisos e o que lhe tinham pedido era uma lista de prioridades e a prioridade não era o Centro Interpretativo da Olaria e Cerâmica, que havia várias prioridades e aquelas que aparecerem primeiro, serão aquelas a que a câmara se irá candidatar. Há algumas coisas pensadas programadas, mas não se sabe ainda. Referiu também que o mapa inicial que tinham enviado para a CIMAC tinha um orçamento de 26 ou 29 milhões de euros. No entanto, quando foram “chamados à CIMAC para negociar” foi-lhes atribuído um valor na ordem dos 2 milhões 700 mil euros, ou seja, dez vezes menos do que aquilo que o concelho precisava. -----

Para melhor esclarecer este assunto, o Senhor Presidente solicitou o apoio do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----



Este Vereador, sendo a sua área de trabalho e sentindo-se confortável para ajudar a esclarecer, interveio e disse que se estava a falar do Portugal 2030, do novo quadro de apoio nacional e enquadrado nisso está o Alentejo 2030, o Programa Regional de Apoio aos Fundos Comunitários. Em termos globais, o Programa Portugal 2030, o Quadro Financeiro Plurianual começou a 1 de janeiro de 2021 e já passou 2021, 2022 e 2023 está a terminar e perdemos três anos desses Programas e salientou que é verdade que há atrasos, mas que nunca tinha havido atrasos desta dimensão. Disse este Vereador que isto “é um problema gigantesco”, com uma gravidade que se compara ao exemplo do Tratado de Alcáçovas porque foi um tratado “feito no desconhecido”, os municípios estão também a fazer um “tratado sobre o desconhecido”. As Comunidades Intermunicipais e os municípios foram “encurralados” porque alinharam nesse “enredo” e ficaram impossibilitados de tomar decisões de prioridades de investimento e sem conhecer os regulamentos. Os municípios estão a negociar sem saber com o que contam ao certo – disse -----

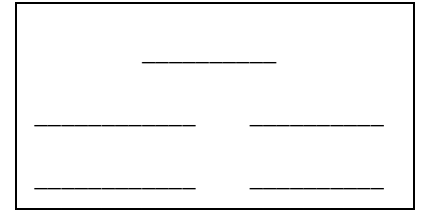
De qualquer forma, os municípios, “dentro deste bolo que ficou mais pequeno” dentro das expectativas que todos tinham, são confrontados em fazer escolhas e Viana fez as suas e disse que, sempre defendeu que houvesse uma concertação municipal, no sentido de definirem prioridades. “Como não foi essa a opção, segue-se o caminho.” Disse que as escolhas estavam definidas e que o Senhor Presidente tinha apresentado, em reunião da CIMAC, as escolhas do executivo em permanência para intervenção neste Quadro Financeiro Plurianual, que permite ir até 2029. -----

Este Vereador disse ainda que, o município, nesta incerteza, ainda sem conhecer os regulamentos, já definiu as suas prioridades e o que se tinha questionado na Assembleia Municipal era se já havia projetos e o Senhor Presidente tinha respondido que não porque queria conhecer primeiro os avisos. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva referiu que era uma opção e que entendia. Disse também que conhecia casos em que se arriscou, cumprindo as regras, tomando a iniciativa de fazer investimentos nas suas prioridades. Há municípios que, avançaram, por exemplo com uma zona industrial que assumem esse risco, não conhecendo os regulamentos, mas convictos que serão iguais ao ano anterior. Isto permite despesas de 1 de janeiro de 2023 e permite as despesas anteriores desde que os projetos não estejam concluídos. -

Disse ainda que, na sua perspetiva, dentro das prioridades que os municípios têm, comecem a trabalhar os projetos técnicos das obras porque, acreditando (o que é difícil), naquilo que o governo diz, que em breve, a partir dos meados de setembro ou outubro, se vai “arrancar a fundo com o programa”, significa que os avisos vão sair todos de “empreitada”. Precisam-se de projetos técnicos para “ir a jogo” porque exigem sempre maturidade. Daí ter sido colocada essa questão. -----

Este Vereador disse, ainda, que era importante que o trabalho técnico avançasse de imediato e supôs que se fosse o Centro de Olaria, independentemente das opiniões, se está nas prioridades, mesmo não sabendo as regras, é possível avançar com os projetos técnicos. Desta forma, assim que os avisos saírem, o projeto



pode ir a “jogo”, de forma a ser decidido, para ter a garantia do financiamento ou até ir buscar outras formas de financiamento e poder desenvolver a obra com tempo. Na sua perspetiva, quem for mais rápido, a avançar com os projetos de investimento, ganha no final do programa. Como se costuma dizer na linguagem dos fundos comunitários: “Não interessa como começa, interessa como acaba,”. Explicou que começa com uma dotação pequena, depois não há execução, então abrem-se as portas no sentido de “venham com o que têm”! Daí a importância de se executarem muito bem os projetos para quando se chegar ao fim, estar em condições de se apresentarem outros projetos. Sublinhou, uma vez mais que as Comunidades Intermunicipais tinham decidido ficar com a gestão do Programa Operacional e ficaram “encurraladas” e os Presidentes de Câmara que têm essa responsabilidade intermunicipal, no fundo, “vão ser os juizes dos vizinhos do lado” porque são concorrentes com as candidaturas –disse. -----

Referiu ainda que acreditava em projetos intermunicipais, mas não com esta lógica concorrencial. -----

Viana vai ter de concorrer com Portel, por exemplo, quando faz mais sentido projetos integrados, aquilo que “são as suas âncoras locais, quer seja a regionalização urbana quer seja o património, de acordo com a estratégia de cada um. -----

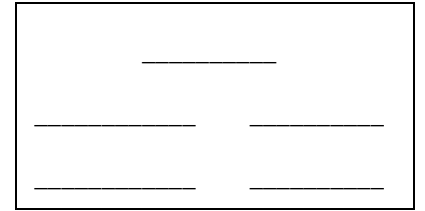
Disse ainda este Vereador que se está a trabalhar um bocadinho no escuro e que tinha sido pedido aos municípios que em maio tivessem tudo fechado e os municípios andaram a correr para apresentar as prioridades. Tinham tido uma reunião em junho do ano em curso, na qual o próprio Vereador participou porque esteve a apoiar o município, de acordo com aquilo que é a sua área profissional e não houve desenvolvimentos. -----

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e esclarecimento do Senhor Vereador Costa da Silva, porque sendo a sua área profissional, melhor do que ninguém saberia explicar este assunto. Seguidamente, o Senhor Presidente da Câmara deixou também a sua opinião relativamente aos “riscos” que se correm nesta situação. Disse que era relativo, que eram opiniões e, partindo de uma suposição, disse que, caso avançasse coma zona industrial de Aguiar e se não houvesse depois aviso e a câmara não tinha os “milhões que eram precisos” -----

Disse ainda que isso depende dos municípios “porque há uns que têm 4 ou 5 milhões no banco há municípios que vivem do dia a dia.” Também se pode ir à banca, mas nem todos os municípios têm maioria, pelo que têm de pedir autorização aos Vereadores –disse. -----

O Senhor Presidente disse, ainda, que tal como nas prioridades que elencaram, não se tirou nada que não tivesse já previsto pelo anterior executivo e que o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras tivessem sugerido. Referiu também que tinham optado por um sistema diferente e que consistiu no seguinte: -----

Em vez de se tirarem de lá obras que pretendiam fazer, atribuíram-lhe um valor menor para ficarem em aberto. Por exemplo, não foi tirada de lá a Regeneração Urbana, mas se custava 5 milhões, apenas foi



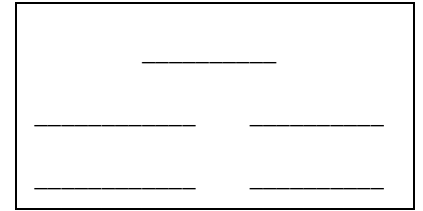
atribuído meio milhão. Considerou que este sistema tinha sido uma boa opção. Adiantou que, através do PRR- Plano de Recuperação e Resiliência, tinham feito um projeto “em tempo record” para a Requalificação da Escola Básica de Alcáçovas porque tinha aberto uma candidatura “que ninguém sabia como era”. Todos diziam que não ia haver dinheiro e, repentinamente, abriu a candidatura. “Fizeram das tripas coração e candidatura entrou a tempo”. O que não conseguia perceber muito bem era por que é que a candidatura tinha o prazo até 28 de abril, houve três ou quatro municípios, entre os quais Viana, que conseguiram submeter a candidatura, havia 10 milhões atribuídos a essa rubrica e depois, foi adiada a entrega dos projetos das candidaturas. daquelas quatro candidaturas que havia, uma era do concelho de Viana do Alentejo, podiam ter ficado todas abrangidas pelos 10 milhões, mas decidiram adiar para julho. Nesta data, já havia mais candidaturas, já era relativo e foi adiado para outubro e, neste momento, os 10 milhões já não chegam - disse. -----

O Senhor Presidente referiu que não entendia bem o que se tinha passado e que o Senhor Vereador Costa da Silva conseguiria explicar melhor esta questão. “Talvez estivessem à espera de alguém que ainda não tinha tido tempo de acabar o projeto” -----

A única coisa que sabe é que a primeira data era 28 de abril e que se tivesse sido “fechado naquela altura, teriam a Requalificação da Escola de Alcáçovas. Isto exemplifica que se fazem projetos, mas que não se podem correr riscos porque o município não tem capacidade financeira para isso. -----

O Senhor Vereador Costa da Silva confirmou que esta situação “tem sido sistemático com o PRR-Plano de Recuperação e Resiliência” o adiamento de prazos e o não cumprimento de prazos de decisão, ou seja, há candidaturas que são decididas e que não sabia como estavam as acessibilidades de Viana, provavelmente tinha sido entregue há mais de um ano e não havia resposta nenhuma, tal como outros municípios. “Acessibilidades 360 graus”, é o nome da candidatura para pessoas com mobilidade reduzida, que permitia as tais passeiras elevadas. Disse ainda que o concurso tinha sido fechado e que estavam um ano e meio sem decisão, facto que ninguém percebia. Em relação ao adiamento, é uma má notícia e que gera mais concorrência. Na altura, o município tinha-se esforçado e tinha tido esse enquadramento e depois fica com esta limitação. Este Vereador avançou uma boa notícia e disse que tinha havido uma negociação com a Associação Nacional de Municípios para reprogramação do PRR e foram incluídas mais verbas para a componente das escolas, o que significa que vai haver mais possibilidades. O adiamento poderá ser para permitir que essa reprogramação seja definitiva. “Bruxelas tem de aceitar e seus prazos também não são simpáticos” – afirmou -----

Ainda neste âmbito, a Senhora Vice-Presidente interveio e disse que a Escola Básica de Alcáçovas era Básica de Alcáçovas, a mesma era prioritária, mas não era primeira prioridade. O Senhor Presidente respondeu que “estava na lista”, que havia as urgentes, as prioritárias e outra. Portanto, havia três classificações. -----



O Senhor Vereador António Costa da Silva contou que tinha havido uma altura em que foram abertas candidaturas para equipamentos sociais, lares, creches e que tinham surgido mil e tal candidaturas para 40 milhões de euros. Na prática dava para apoiar cerca de 4% das candidaturas globais. -----

O Senhor Presidente disse que teria sido bom para o Concelho de Viana, se tivesse sido de outra forma. Fechavam as candidaturas, atribuíam o que tinham a atribuir, haveria depois uma segunda fase, que depois reforçavam e podiam entrar mais. Assim, seria uma questão de justiça para aqueles municípios que cumpriram os prazos- disse. -----

Seguidamente, interveio a Senhora Vice-Presidente e transmitiu que no dia 17 de setembro, teria lugar o “Grande Prémio de Atletismo Senhora D’Aires, em homenagem ao Luís Branco e que a data tinha sido alterada. Por norma, aquela corrida era realizada na altura da Feira D’Aires e agora tinha sido antecipada por motivos logísticos e que já tinha perguntado ao técnico a propósito das inscrições. A Senhora Vice-Presidente acrescentou que em 2019, tinham participado 45 pessoas, em 2022, tinha havido 22 e que em 2023, até ao dia anterior, havia 55 inscrições. A Senhora Vice-Presidente mostrou-se satisfeita com o número de inscritos e que se tudo corresse bem, no ano seguinte, manteriam a mesma data. Se não correr como previsto, a situação será ponderada. -----

Em relação à Semana Cultural de Viana, que terá início no próximo dia 15, o programa fica aquém do que gostariam que fosse, mas não “existem recursos financeiros para fazer aquilo que gostávamos de fazer”. É o possível-afirmou. -----

O Senhor Presidente corroborou as palavras da Senhora Vice-Presidente e disse que isto justificava alguns cortes ou o facto de não haver determinados aumentos, como é o caso do apoio dado à Junta de Freguesia de Alcáçovas. -----

Disse o Senhor Presidente que são opções que se têm de tomar e que, bem ou mal, tentam fazer alguma coisa, ainda que não seja o que gostariam. -----

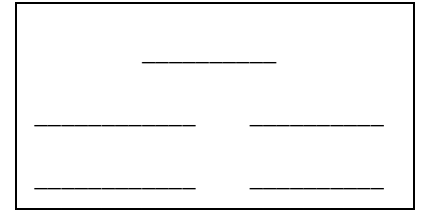
A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse ter verificado que o chefe de gabinete do Senhor Presidente iria ter trabalho redobrado na Semana Cultura de Viana, tendo em conta que iria apresentar o livro do Luís Banha e depois a apresentação do seu próprio livro. -----

Em sua opinião, disse esta Vereadora que, para um chefe de gabinete, iria estar bastante exposto. -----

O Senhor Presidente e a Senhora Vice-Presidente afirmaram que o fazia com gosto, “que não se importava”. -----

O Senhor Presidente entrou em seguida no período da ordem do dia: -----

Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da reunião - A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a ata em minuta, no final da reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



Ponto dois) Informação sobre a atividade da Câmara – O Senhor Presidente deu conhecimento sobre a atividade da Câmara Municipal no período de 26 agosto de 2023 a 8 de setembro de 2023. -----

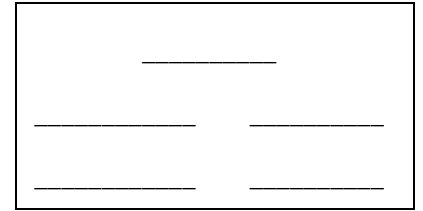
Neste ponto da Ordem da Trabalhos, interveio o Senhor Vereador Costa da Silva e fez um comentário a propósito da iniciativa Erasmus, a qual elogiou, afirmando que são excelentes iniciativas para os nossos jovens, poderem receber jovens de outros países, com outras culturas e outras formas de ver o mundo. Disse também que a iniciativa não é nova, que já se fez várias vezes com as Associações de Pais, com entidades locais, com a própria escola e a intervenção e o engrandecimento destas iniciativas por parte do município, parecem ser um bom caminho. Acredita que esta “Geração Erasmus”, com estas aprendizagens, com esta ligação a outras experiências e outras culturas, tornam-se muito mais tolerantes e com mais abertura àquilo que é o mundo, permitindo que os jovens destas comunidades estejam em igualdade de circunstâncias com outros de outras comunidades de maior dimensão e até com mais capacidade económica. Portanto, isto é uma “oportunidade notável” para eles! Deverão aproveitar ao máximo esta iniciativa e, para quem acredita na Europa, como ele próprio, na perspectiva de povos que se juntam para um bem comum, estas iniciativas contribuem para que possam aprender línguas, aprendam a comunicar, aprendam a relacionar-se, entre outras. -----

Este Vereador disse que, em determinada altura, tinha verificado a quantidade de jovens, em Alcáçovas, local onde os encontrou, durante a Semana Cultural e era evidente a alegria daquele grupo. Usando uma metáfora, realçou o brilho e a vida que estes jovens trouxeram ao local. -----

“Parecia uma flor que aparece no meio dos calores das nossas vilas” -----

Em seguida, o Senhor Presidente deixou um agradecimento a toda a gente, a todos os funcionários da câmara que colaboraram e participaram nesta iniciativa e que receberam e acolheram estes jovens. Salientou o contributo do Técnico Luís Branco, que já não se encontra na câmara, embora ainda pertença aos quadros do município e que, voluntariamente se propôs para participar na receção, uma vez que já estava habituado a estas iniciativas. Disse ainda o Senhor Presidente que o referido Técnico mostrou todo empenho porque “ele vive aquilo”, fez sem qualquer interesse. Ajudou e contribuiu também para que esta iniciativa corresse de forma perfeita.”. -----

A Senhora Vice-Presidente deixou também o seu agradecimento pelo apoio do Luís Branco e frisou que Técnico tinha gozado férias, propositadamente, nesta altura, para poder dar apoio à atividade, o que é louvável. Contou a Senhora Vice-Presidente que, os jovens da Grécia ficaram admirados com o Pavilhão Polidesportivo, já que no seu país não têm um espaço assim, pois são todos em recinto aberto. Esta troca de experiências, ver outras coisas, é uma mais-valia este tipo de projetos. -----



A Senhora Vereadora Sara Grou reforçou a importância destes projetos e disse que se recordava de um projeto semelhante, o qual tinha sido realizado em Alcáçovas e que, de facto, esta partilha e aprendizagem de costumes, de outras culturas é extremamente importante. -----

Esta Vereadora disse que também que tinha feito um programa Erasmus na Universidade e reconhece o quão importante foi para si. Referiu-se também à presença do Técnico Luís Branco, nesta iniciativa, que lhe tinha dito que estava a fazer voluntariado, cuja atitude enalteceu. Disse também que fazia todo o sentido a sua participação porque foi com ele que tudo começou e havia uma ligação forte entre eles e os jovens deste projeto. Até os seniores que o viram, ficaram maravilhados –disse. -----

O Senhor Presidente disse que era um Técnico que estava muito bem-adaptado, as pessoas gostavam dele, mas é normal que as pessoas sigam as suas vidas noutros sítios. De qualquer forma, se quiser voltar, tem o seu lugar à disposição “- Acrescentou. -----

O Senhor Presidente agradeceu também o contributo monetário das três Junta de Freguesia do Concelho que ajudou nas refeições dos jovens. -----

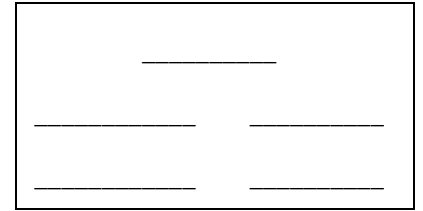
Ponto três) Proposta de aprovação da isenção do pagamento de dois stands, solicitada pela Casa do Benfica em Viana do Alentejo, para participar na Feira D’Aires 2023; - Quanto a este assunto, o Senhor Presidente referiu que, à semelhança do ano transato, este assunto veio à câmara para que ali fosse decidido. -----

A Câmara aprovou, por unanimidade a isenção do pagamento de dois stands, solicitada pela Casa do Benfica em Viana do Alentejo, para participar na Feira D’Aires 2023. -----

Ponto quatro) - Proposta de aprovação da isenção do pagamento de dois stands, solicitada pelo Grupo Recreativo e Associativo de Viana do Alentejo(GRAVA) para participar na Feira D’Aires - Antes de se passar à votação deste ponto, o Senhor Presidente apresentou esta nova Associação do Concelho, pelo que também o assunto foi levado para decisão da câmara e, assim, tentar ajudar a Associação. -----

A Câmara aprovou, por unanimidade a isenção do pagamento de dois stands, solicitada pelo Grupo Recreativo e Associativo de Viana do Alentejo(GRAVA) para participar na Feira D’Aires. -----

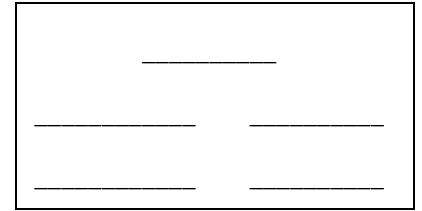
Ponto cinco) Proposta de abertura de propostas para atribuição de lotes de terreno para construção de habitação e tendo por base a publicitação de edital nº 17, datado de 30 de junho de 2023(para jovens casais cuja média de idades seja inferior a trinta e cinco anos)-Este ponto que foi discutido, anteriormente, foi colocado a votação, tendo sido aprovada por unanimidade a proposta de abertura de propostas para atribuição de lotes de terreno para construção de habitação e tendo por base a publicitação de edital nº 17, datado de 30 de junho de 2023(para jovens casais cuja média de idades seja inferior a trinta e cinco anos). -----



Ponto seis) Proposta de atribuição de Despesas de representação ao Chefe da Divisão de Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, nomeado em regime de substituição, desde 4 de setembro de 2023; A câmara deliberou por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente e do Senhor Vereadora Costa da Silva e com duas abstenções, por parte das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael a Proposta de atribuição de Despesas de representação ao Chefe da Divisão de Gestão de Recursos da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, nomeado em regime de substituição, desde 4 de setembro de 2023.-----

Ponto sete) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 7, relativo à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo - Quanto a este assunto, a Senhor Vereadora Rita Rafael interveio para deixar o seu comentário, na medida em que, tal como o Senhor Presidente foi pressionado para pagar, a câmara devia, agora, pressionar também o empreiteiro porque no dia 29 de agosto, apenas havia 28% da obra concluída e faltam três meses para o fim do ano. Na reunião da escola em que participou, foi dito que seria improvável que a 30 de dezembro, a escola estivesse terminada. -----

O Senhor Presidente respondeu que tem havido essa pressão e esse rigor e disse também que tinha recebido havia pouco tempo, uma chamada do Engenheiro responsável pela obra e que tinham estado a conversar sobre o assunto. Disse ainda que havia outras notícias, e a boa notícia é que a obra é faseada e que o Senhor Vereador António Costa da Silva saberia melhor este assunto. Sendo uma obra faseável não corre o risco de chegar ao dia 31 de dezembro e deixar de ser financiada. Tem de se fazer o máximo possível dentro daquilo que a empresa conseguir fazer, mas tinha havido um acordo, o qual lhe foi transmitido pela CCDR e que diz que obras superiores a um milhão ou um milhão e duzentos mil, no caso das escolas, têm de preencher aqueles requisitos, o primeiro é não ultrapassar este valor e o segundo é constar da lista de prioridades. Disse ainda o Senhor Presidente que a percentagem de execução não estava definida, mas também “contava” a questão que tinha colocado ao empreiteiro era se, no mínimo se conseguia chegar a 50% até ao dia 31 de dezembro. O Engenheiro respondeu que, garantidamente, isso se conseguia, apesar de não estar definido pela CCDR, mas que com estes dois requisitos já era permitido que a obra pudesse continuar depois daquela data. Disse ainda o Senhor Presidente que tinha colocado também a questão relacionada com os prazos a seguir e se podiam pedir para mais um ano. Foi-lhe dito que não, mas que também não têm definido quantos meses são. Da parte da empresa, dizem que talvez quatro meses, uma vez que não começaram em dezembro, devido ao problema com a instalação dos modulares. Seja como for, adiantaram que em quatro meses, a obra estaria concluída, sem prejuízo de a câmara ser financiada pelos Programas. Disse que também tinha esta preocupação e, por isso, se adiantou para tentar perceber.



Perguntou a Senhora Vereadora Rita Rafael se esta situação da obra ser faseável tinha sido esclarecida com a CCDR, tendo o Senhor Presidente respondido que sim. -----

A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e perguntou quando tinha chegado aquela notícia, ao que o Senhor Presidente respondeu que não era oficial, não havia nada escrito, mas era uma realidade. -----

A Senhora Vereadora Rita Rafael alertou para que se protegessem com esta informação, para que não se chegasse ao fim do prazo e não houvesse nada onde se pudessem “agarrar”. -----

Disse o Senhor Presidente que “não lhe tinha sido pedido segredo e que já várias pessoas teriam conhecimento”. Neste caso, até o Senhor Vereador Costa da Silva já poderia ter tido acesso a esta informação. -----

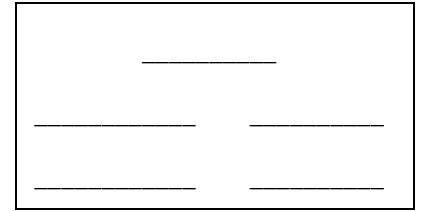
O Senhor Vereador António Costa da Silva esclareceu que o que costuma acontecer, na transição do Quadro de apoio, é que se existem algumas obras que são transitadas, normalmente são obras modulares. Exemplificou esta questão com a construção do Hospital Central do Alentejo, que tem o primeiro módulo para 31 de dezembro de 2023, o segundo e o terceiro para continuar, mas esses módulos estão, claramente diferenciados e são considerados obras estruturantes. Bruxelas, que é quem decide, “trava aquela etapa e depois continua no programa a seguir”, aceitando essas obras estruturantes- disse. -----

Este Vereador referiu que a Escola de Viana tem uma vantagem porque faz parte de um mapeamento das obras prioritárias, tal como a de Portel, a de Vendas Novas, entre outras. Tinha de argumentar e Bruxelas aprovou esse mapeamento como prioritário, ou seja, só se estava a apoiar aquelas escolas que fossem prioritárias, no âmbito do Programa Operacional Regional. O que se coloca, novamente, nesta fase, é “o que é que é transitável ou não”, porque é possível, mas é necessária a autorização de Bruxelas, contudo, os “timings” de Bruxelas são lentíssimos e o prazo parece-lhe demasiado curto para ter a certeza absoluta que a escola é financiada no Programa a seguir, com uma vantagem de que este tipo de intervenção de escolas na nova programação não entra na tal negociação da ITI- Investimentos Territoriais Integrados, das Comunidades Intermunicipais, forma separadas. Disse ainda o Senhor Vereador Costa da Silva que, “na pior das hipóteses”, na sua opinião, se esta escola saísse do “Portugal 2020”, a obra já se poderia classificar fora de ITI - Investimentos Territoriais Integrados, podendo integrar o Portugal 2030, na sua totalidade. ---

Este Vereador disse “que ninguém queria isto” porque havia um problema de execução no Programa Regional, o qual exige muita despesa, o máximo de despesa possível para não terem de devolver verbas. --

O Senhor Presidente interveio e concluiu, afirmando que lhe tinha sido transmitido que a negociação já estava feita,” faltava passar para o papel” -----

Terminadas as intervenções neste ponto da ordem de trabalhos, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade a proposta do Auto de Medição nº 7, no valor de 120.039, 23€ (cento e vinte mil e trinta e



nove euros e vinte e três cêntimos, relativo à Empreitada de Requalificação da Escola Básica e Secundária Dr. Isidoro de Sousa em Viana do Alentejo. -----

Ponto oito) Proposta de aprovação do Auto de Medição nº 7, relativo à Empreitada de Ampliação do Centro Municipal de Proteção Civil de Viana do Alentejo- O Senhor Presidente informou que este ponto seria retirado da Ordem de Trabalhos, uma vez que não chegou a informação necessária, sendo incluído na Ordem de Trabalhos da próxima reunião. -----

Ponto 9) Proposta de aprovação da alteração de preço de um artigo de merchandising – A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de alteração de preço de um artigo de merchandising (Passaporte - Rota da Estrada Nacional 2), cujo valor proposto passa a ser de 1,50€ (um euro e cinquenta cêntimos), sendo o valor da aquisição de 1,20€ (um euro e vinte cêntimos). -----

Ponto 10) Proposta de aprovação da fixação do preço de venda do livro de “Criptopoesia”, de Luís Miguel Banha - A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de fixação do preço de venda do livro de “Criptopoesia”, de Luís Miguel Banha, com o valor de 15€ com IVA (quinze euros) -----

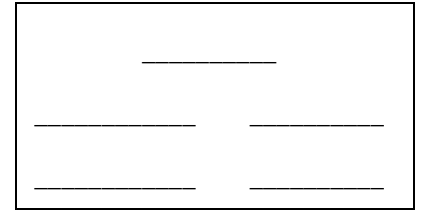
Ponto 11) Proposta de aprovação do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses” – Neste ponto da Ordem de Trabalhos, a Senhora Vereadora Sara Grou questionou se os Contratos –Programa com os outros clubes já tinham sido assinados no ano em curso. -----

O Senhor Presidente respondeu que ainda não tinham sido assinados e que estavam a ser negociados e aproveitou para lembrar que, a propósito de uma conversa que já tinha sido feita em reunião de câmara, foi solicitado aos clubes que apresentassem o relatório de contas aprovado de forma a que as contas pudessem ser analisadas pela câmara. -----

Após o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente, a câmara deliberou aprovar, por unanimidade a proposta do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo a celebrar entre o Município de Viana do Alentejo e o Clube Alentejano dos Desportos “Os Vianenses, no valor de 13.000.00€ (treze mil euros) -----

Ponto 12) Proposta de aprovação de abertura de procedimento pré –contratual, por concurso público, e respetiva documentação, referente à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo - A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que havia cinco tanques no concelho, um em Alcáçovas, dois em Viana e dois em Aguiar e que, estaria contemplado o de Alcáçovas, os dois de Viana e um de Aguiar. Neste caso, o Partido Socialista deixaria a sugestão à câmara, para com recursos próprios, fazer a reabilitação do segundo Tanque do Concelho de Viana do Alentejo. -----

O Senhor Presidente agradeceu a sugestão e afirmou também já ter pensado nesse assunto, que “faz todo o sentido” disse-----



Este tanque que não foi contemplado tem ainda um telhado de amianto, logo é um motivo para intervenção, não sabendo ainda em que “moldes será” e que estavam a aguardar este concurso, na esperança de que apareça “alguém” para que possam negociar e terem a noção do valor porque, atualmente, é difícil definir preços, no que diz respeito a obras. – disse-----

De qualquer forma, esta é uma das suas pretensões, de forma a reabilitarem todos os tanques.-----

A Senhora Vereadora Sara Grou disse que, a maior dificuldade não está nos preços, está em conseguir mão-de-obra e que, nos últimos tempos concursos têm ficado desertos.-----

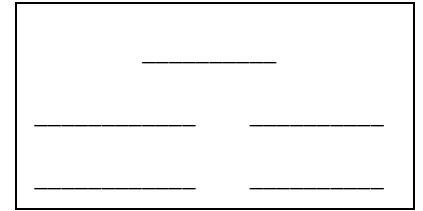
Ainda no que concerne a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente deixou uma nota sobre o assunto da Reabilitação dos Tanques e esclareceu que esta é a primeira fase e que havia duas propostas, em tempo de campanha eleitoral. Disse ainda o Senhor Presidente que as duas propostas lhe tinham agradado, que são válidas, tanto a do anterior executivo, como a do VIVA. São propostas bastante interessantes e a segunda fase “é para fazer”, ficando o nosso concelho a ganhar com a Reabilitação dos Tanques, os quais passam a ser utilizados para “outro tipo de coisas”. Acrescentou que esta intervenção era urgente e que tinha sido também o aproveitamento de algum apoio, daí terem avançado com o projeto.

O Senhor Vereador António Costa da Silva fez também uma intervenção e comentou a primeira parte que diz respeito ao procedimento concursal, alertando para o facto de se estarem a abrir procedimentos com o caderno de encargos e este é inalterável, não se pode acrescentar nem alterar. Assim, o que está neste projeto é para estes tanques e nada mais e que seria preciso algum cuidado com estes procedimentos. Neste contexto, o Senhor Presidente interveio, afirmando que não “seria para aquela empreitada”. -----

O Senhor Vereador António Costa da Silva disse que se estava a tratar daquele assunto e poderia haver o compromisso de se avançar com outra iniciativa à parte com financiamento ou sem ele, dado que não são investimentos tão significativos. -----

O Senhor Presidente esclareceu que, quando falou com o empreiteiro que poderá realizar estas obras foi para ter a noção do valor, “para ter a noção de como poderão atuar, se há dinheiro ou não, se é caro ou barato”. No fundo, fazer uma avaliação porque, de facto, jamais poderão mexer neste concurso- disse. ----

O Senhor Vereador António Costa da Silva referiu que este concurso está fechado e sendo uma candidatura a fundos comunitários têm financiamento específico e têm limites. Disse ainda este Vereador que o município podia ter tido a opção de avançar só com um tanque, por exemplo e repará-lo na totalidade e que tinha havido uma opção política de atuar na componente da não degradação dos tanques. Afirmou que não via nada de negativo nesta opção, mas que tinha uma opinião diferente sobre aquilo que deve ser a utilização dos espaços, apesar de perceber que há uma concordância porque considera também que estes espaços devem ser revitalizados. Isto significa “dar-lhes vida” e, neste sentido, realizar outro tipo de iniciativas, tal como tinha sido proposto pelo VIVA e o anterior executivo que também tinha “umas ideias”



positivas que era “dar vida aos espaços”, como por exemplo, “o tanque da barca” que poderia funcionar um espaço de convívio, com um bar, um serviço público. Isto seria “dar-lhe vida” e não só torná-lo visitável. A utilização do passado já é difícil, tendo em conta que quase ninguém vai lavar ao tanque da barca e há também a questão do uso da água, que é um recurso que nós desperdiçamos e que devemos saber aproveitar. Viana, felizmente, tem este recurso com alguma abundância, mas que não se está a fazer o aproveitamento disso – disse. -----

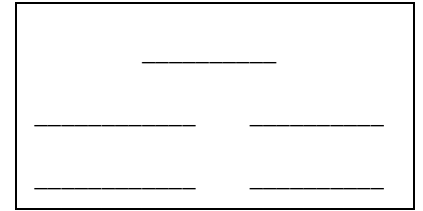
O Senhor Presidente interveio, mais uma vez, e afirmou que esta tinha sido uma opção tomada pelo executivo e que tinha sido fácil de tomar. Poderiam ter escolhido fazer intervenção apenas em um tanque, na sua totalidade e dar-lhe outra utilidade, contudo havia duas questões, uma que está relacionada com o tanque da barca, o qual se não tiver uma intervenção rápida, o telhado corre o risco de cair, com a agravante de já ter sido vandalizado. A outra questão prende-se com os outros tanques que têm telhado de amianto, os quais também precisam de intervenção. Se tivessem optado por intervencionar um, na sua totalidade, ficariam quatro telhados de amianto no concelho, por isso, se tornou mais fácil decidir. Acredita que é uma solução justa e que vai ao encontro das necessidades atuais, não deixando de aceitar opiniões diferentes da sua. -----

Terminadas as intervenções e apresentada a documentação, nomeadamente, o Caderno de Encargos, a designação do Júri e o Programa do Concurso, o Projeto de Execução, contendo o mapa de quantidades, o Plano de Segurança e Saúde, elaborado nos termos do Decreto –Lei nº 273/2003 de 29 de outubro e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, nos termos do Decreto –Lei nº 46/2008, de 12 de março, a câmara deliberou, por unanimidade aprovar a proposta de abertura de procedimento pré –contratual, por concurso público, referente à Empreitada de Reabilitação dos Tanques do Concelho de Viana do Alentejo. -----

Ponto 13) Proposta de abertura de propostas relativas aos divertimentos a instalar na Feira D’Aires/2023- Este ponto da Ordem de trabalhos foi discutido no período de Antes da Ordem do Dia, tendo a Câmara deliberado aprovar, por unanimidade, a proposta de abertura de propostas relativas aos divertimentos a instalar na Feira D’Aires/2023.

Ponto 14) Proposta de aprovação 27ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa- Em relação a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Vereador António Costa da Silva, lembrou o alerta que tinha sido dado na última reunião de câmara, para o qual o Senhor Presidente tinha pedido alguma tolerância para levar à próxima reunião uma proposta mais fechada, em que contemple, na prática, o último trimestre. -----

O Senhor Presidente agradeceu, referindo que seria bom para todos e justificou esta questão com a inclusão daquela verba que estava retida por causa do Visto do Tribunal de Contas (os 250 mil euros), e



também com a inclusão do empréstimo, uma vez que só agora tinha sido submetido a aprovação da Assembleia Municipal. Foi nessa perspetiva, disse o Senhor Presidente, que tinha pedido essa tolerância porque considera muito importante para o Orçamento do Município. -----

Discutido o ponto, a câmara deliberou aprovar, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente e com as abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

15) Proposta de aprovação da 21ª alteração permutativa ao Plano De Atividades Municipais- A câmara deliberou aprovar, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente e com as abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

Ponto 16) Proposta de aprovação da 15ª alteração permutativa ao Plano Plurianual de Investimentos- A câmara deliberou aprovar, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente e da Senhora Vice-Presidente e com as abstenções das Senhoras Vereadoras Sara Grou e Rita Rafael e do Senhor Vereador António Costa da Silva. -----

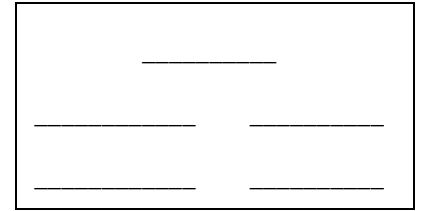
Ponto 17) Proposta de atribuição de apoio de 50% do passe escolar de alunos(as) do Ensino Secundário, que frequentam Estabelecimentos Escolares fora do Concelho de Viana do Alentejo, cuja oferta formativa não existe no Agrupamento de Escolas de Viana do Alentejo- Ano Letivo 2023/2024 – Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente esclareceu que tinha havido alguma confusão com este assunto, parecendo que o mesmo já tinha sido submetido a aprovação da câmara. Na realidade, o que acontece é que “são pessoas diferentes” e, por isso, será novamente votado. Assim, nos termos da proposta da Divisão de Educação, Saúde e Intervenção Social a Câmara deliberou, por unanimidade, a atribuição de apoio de 50% no custo do passe escolar dos alunos do ensino secundário que frequentarão estabelecimentos de ensino fora deste concelho no ano letivo de 2023/2024: -----

- Beatriz Camacho Pataquinho, da freguesia de Viana do Alentejo, matriculada no 12º ano do Curso Científico- Humanístico de Artes Visuais; -----

- Madalena Patinha Pacheco, da freguesia de Viana do Alentejo, matriculada no 11º ano do Curso Científico- Humanístico de Artes Visuais; -----

- Sara Filipa de Matos Lima, da freguesia de Viana do Alentejo, matriculada no 11º ano do Curso Científico- Humanístico de Artes Visuais. -----

Ponto 18) Proposta de aprovação da 1ª alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo 2023/2024 – A câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da 1ª alteração ao Plano de Transportes Escolares do Concelho de Viana do Alentejo 2023/2024. -----



Ponto 19) Proposta de aprovação do Relatório de Execução do Plano de Municipal para a Igualdade e Não Discriminação – A Senhora Vereadora Sara Grou interveio e disse que iria juntar os pontos números dezanove e vinte da Ordem de Trabalhos. -----

Disse esta Vereadora que, tratando-se de um projeto municipal, partia do princípio que teria havido contacto com as associações porque é sempre importante ouvir as suas opiniões e também com alguns grupos da população. Deixou também uma nota, alertando para a importância de dar continuidade a alguns protocolos que já existiam, nomeadamente o que existia com a Cáritas, no âmbito do Núcleo de Apoio à vítima de Violência Doméstica, que são sempre apoios importantes –disse. -----

Estes Protocolos, na altura, foram criados, a partir do assassinato que ocorreu no Jardim Público de Alcáçovas e aos poucos as pessoas “desabrocharam” em relação a esta situação e ao receio que tinham em falar neste assunto e que, quando surgem episódios como estes, as pessoas sentem-se “mais à vontade em falar com as pessoas que são exteriores à comunidade. -----

Esta Vereadora questionou, ainda, a participação da população e das associações na preparação deste documento. -----

A Senhora Vice-Presidente interveio e disse que, em relação às associações, talvez tivesse havido essa colaboração, mas não houve em relação à população. Acrescentou ainda que também concordava com a continuidade do Protocolo com a Cáritas, tal como sugerido pela Senhora Vereadora Sara Grou. -----

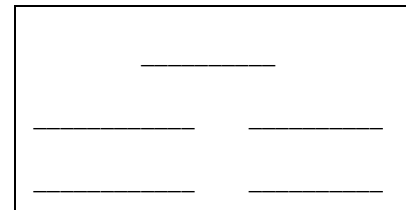
A Senhora Vereadora Sara Grou mencionou as visitas regulares que eram feitas pela Cáritas, e que se recordava que este atendimento era realizado no Centro de Saúde de Viana. -----

Foi este ponto submetido a votação, tendo sido aprovado, por unanimidade, a proposta de aprovação do Relatório de Execução do Plano de Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. -----

Ponto 20) Proposta de aprovação do Relatório de Avaliação Final do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação- A câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a proposta de aprovação do Relatório de Avaliação Final do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação. -----

Ponto 21) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 05/09/2023, que concedeu licença especial de ruído a Maria João Calhau Caeiro para a realização de um evento musical, no Bar das Piscinas Municipais, no dia 6 de setembro de 2023- A Câmara deliberou ratificar, por unanimidade a proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 05/09/2023, que concedeu licença especial de ruído a Maria João Calhau Caeiro para a realização de um evento musical, no Bar das Piscinas Municipais, no dia 6 de setembro de 2023.-----

Ponto 22) Proposta de ratificação do despacho do Senhor Presidente de 08/09/2023, que autorizou a emissão de licença para a realização de um evento (Garraiada), inserido no “Evento Arraial Solidário”, em Aguiar, no dia 10 de setembro de 2023, promovido pelo Grupo Associativo de Jovens de Aguiar



(G.A.J.A) – A câmara deliberou ratificar, por unanimidade, o despacho do Senhor Presidente de 08/09/2023, que autorizou a emissão de licença para a realização de um evento (Garraiada), inserido no “Evento Arraial Solidário”, em Aguiar, no dia 10 de setembro de 2023, promovido pelo Grupo Associativo de Jovens de Aguiar (G.A.J.A). -----

O Senhor Presidente declarou encerrada a reunião às dezoito horas e trinta e oito minutos, tendo a minuta desta ata sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, _____, Assistente Técnica, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,